

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

EDITAL DE SELEÇÃO 2022 DO PPGCJ – EDITAL N° 13/2021/PPGCJ

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente edital que regula as condições de ingresso, por via de **EXAME DE SELEÇÃO**, no referido programa, ano letivo 2022. O Edital foi aprovado em reunião do colegiado do dia 10/12/2021, e obedece às **Resoluções do CONSEPE N° 07/2013**, que estabelece condições mínimas a serem observadas nos editais de seleção para ingresso nos programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* da UFPB; à **Resolução N° 79/2013**, que deu nova redação ao Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB; à **Resolução N° 58/2016**, que dispõe sobre ações afirmativas na Pós-Graduação *stricto sensu* na UFPB para candidatos autodeclarados e oriundos da população negra, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e pessoas com deficiência; à **Resolução N° 64/2016**, que aprova o Regulamento e a Estrutura Acadêmica do PPGCJ, vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas; à **Portaria n° 6/2021/PRPG/UFPB**, que estabelece diretrizes para o retorno gradual das atividades presenciais da Pós-Graduação *Stricto* e *Lato Sensu* da UFPB e à **Lei n° 13.726/2018**, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Este processo seletivo será regido por este Edital, por seus anexos, avisos, atos complementares e eventuais retificações, sendo sua execução de responsabilidade de cada comissão de seleção.
- 1.2. O presente processo seletivo destina-se a selecionar candidatos(as) para o preenchimento de vagas nos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.
- 1.3. A seleção para as vagas de que trata este edital compreenderá as seguintes fases: **a) Prova escrita**, de caráter eliminatório e classificatório; e **b) Plano Preliminar de Dissertação e Tese**, de caráter eliminatório e classificatório.
- 1.4. Os candidatos aprovados e classificados estarão subordinados à **Resolução n° 64/2016**, do CONSEPE/UFPB, que dispõe sobre o regulamento e a estrutura acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.
- 1.5. A Coordenação do Programa poderá a seu critério e visando atender ao interesse público, fazer alterações neste Edital, as quais serão divulgadas nas páginas eletrônicas do Programa, em prazo hábil, por meio de editais complementares ou retificadores.

- 1.6. Somente será permitida uma inscrição por candidato. Em caso de inscrição em mais de uma modalidade de concorrência será considerada válida a última efetivamente paga.
- 1.7. A veracidade das informações prestadas no requerimento de inscrição será de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, o que acarretará na eliminação do processo seletivo.
- 1.8. Objetivando evitar ônus desnecessário, o(a) candidato(a) deverá orientar-se no sentido de somente efetuar a inscrição e recolher o valor respectivo após tomar conhecimento do disposto neste Edital, seus anexos, eventuais retificações e avisos complementares e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o preenchimento da vaga almejada.
- 1.9. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital, mediante requerimento dirigido ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e, conforme prazo descrito no cronograma do processo seletivo (**ANEXO II**).
- 1.10. As impugnações relacionadas ao presente Edital deverão ser encaminhadas por e-mail (selecao.ppgcj.ufpb@gmail.com), conforme o prazo estabelecido no cronograma do processo seletivo.
- 1.11. Só serão aceitos pedidos de impugnação devidamente fundamentados, com a indicação precisa do dispositivo deste edital questionado, e, nos os termos do que estabelece o **ANEXO XIII**.

2. DO PÚBLICO ALVO

2.1. Poderão candidatar-se a este processo de seleção:

a) Para o Mestrado: Na área de concentração em *Direitos Humanos*, portadores(as) de diploma ou certificado de conclusão do curso de Direito ou de Graduação em qualquer área de conhecimento. Para a área de concentração em *Direito Econômico*, portadores(as) de diploma ou certificado de conclusão do curso de Direito ou curso das áreas de Ciências Sociais Aplicadas ou das Ciências Humanas.

b) Para o Doutorado: Portadores(as) de diploma ou de certificado de conclusão de curso de Mestrado, reconhecido pelo MEC/CAPES, em qualquer área do conhecimento.

2.2. Além dos casos previstos acima poderão candidatar-se ainda os(as) candidatos(as) que comprovem estar em plenas condições de concluir o curso de graduação ou mestrado antes da matrícula institucional no programa, desde que respeitadas às áreas de conhecimento elencadas no subitem 2.1, alíneas “a” e “b”.

2.3. O documento comprobatório mencionado no subitem 2.2 deverá deixar expresso que o candidato tem plenas condições de até o dia **01/06/2022** (último dia de matrícula) concluir o curso de graduação ou mestrado, conforme seja o caso.

2.4. **Serão preliminarmente indeferidas as inscrições com declarações genéricas e sem previsão expressa da possível data para conclusão do curso.**

2.5. As vagas disponíveis para o processo de seleção serão preenchidas pelos candidatos que cumpram as exigências deste edital e reúnam os requisitos necessários, aqui dispostos.

3. DAS LINHAS DE PESQUISA E NÚMERO DE VAGAS

3.1 No mestrado, o PPGCJ está organizado em duas áreas de concentração, as quais articulam 6(seis) linhas de pesquisa:

a) A área de concentração em “**DIREITO ECONÔMICO**” abriga as linhas de pesquisas:

- **Linha 1** - História do Direito, Constitucionalismo e Desenvolvimento Econômico;
- **Linha 2** - Estado, Mercado e Sujeitos Sociais: Juridicidade e Economicidade;
- **Linha 3** - Direitos Sociais, Biodireito e Sustentabilidade Socioambiental.

b) A área de concentração em “**DIREITOS HUMANOS**” comporta as linhas de pesquisa:

- **Linha 1** – Fundamentos Teórico-Filosóficos dos Direitos Humanos;
- **Linha 2** - Direito Internacional dos Direitos Humanos, Estado Democrático de Direito e Cidadania, Gênero e Minorias, e
- **Linha 3** – Transjuridicidade, Epistemologia e Abordagens Pluri / Inter / Transdisciplinares dos Direitos Humanos.

3.2 No doutorado, o PPGCJ está organizado em uma área de concentração com 3 (três) linhas de pesquisas:

a) A área de concentração em “**DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO**” que abriga as linhas de pesquisa:

- **Linha 1.** Direitos Sociais, Regulação Econômica e Desenvolvimento;
- **Linha 2** - Inclusão Social, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, e
- **Linha 3** - Teorias e História do Direito – Teoria e História dos Direitos Humanos.

3.3 Neste processo seletivo o PPGCJ oferece 30(trinta) vagas para o curso de **MESTRADO**, sendo 15 (quinze) vagas na área de Concentração em Direito Econômico e 15 (quinze) vagas na área de concentração em Direitos Humanos. No **DOCTORADO (D)** são 15 (quinze) vagas na área de concentração em Direitos Humanos e Desenvolvimento, sendo 5(cinco) vagas por linha de pesquisa. A distribuição de vagas pode ser vista a seguir:

CURSO	LINHA 1	LINHA 2	LINHA 3
MESTRADO - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DIREITO ECONÔMICO	4 (quatro) vagas para ampla concorrência e 1 (uma) vaga para políticas de ação afirmativa	4 (quatro) vagas para ampla concorrência e 1 (uma) vaga para políticas de ação afirmativa	4 (quatro) vagas para ampla concorrência e 1 (uma) vaga para políticas de ação afirmativa
MESTRADO - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	4 (quatro) vagas para ampla concorrência e 1 (uma) vaga para políticas de ação afirmativa	4 (quatro) vagas para ampla concorrência, 1 (uma) vaga para políticas de ação afirmativa	4 (quatro) vagas para ampla concorrência e 1 (uma) vaga para políticas de ação afirmativa
DOCTORADO - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO	4 (quatro) vagas para ampla concorrência e 1 (uma) vaga para políticas de ação afirmativa	4 (quatro) vagas para ampla concorrência, 1 (uma) vaga para políticas de ação afirmativa	4 (quatro) vagas para ampla concorrência e 1 (uma) vaga para políticas de ação afirmativa

3.3.1 Nos termos da **Resolução n° 64/2016/CONSEPE/UFPB**, inserida no caput do edital de seleção de ingresso de alunos para o ano letivo de 2022, Edital n° 13/2021/PPGCJ, a Coordenação do PPGCJ informa, para fins de esclarecimento, que a Linha 3 do Doutorado, LINHA 3 – TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO – TEORIA E HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS, **integra convênio com a Universidade de Florença, Itália.** Nos termos do referido convênio, a dupla titulação (caso o aluno

tenha interesse) e a cotutela estão condicionadas ao cumprimento das disposições do convênio, que incluem atividades acadêmicas na Universidade de Florença.

3.4 Para o Programa, **não é obrigatório o preenchimento de todas as vagas da seleção.** Serão aprovados números inferiores a estes na hipótese de não haver candidatos que atinjam as notas mínimas necessárias para aprovação em todas as fases do processo seletivo.

3.4.1 O candidato concorrerá à vaga da respectiva linha de pesquisa para a qual se inscreveu, respeitada rigorosamente a ordem de classificação.

3.5 Do total de vagas oferecidas, **20%** serão destinadas a candidatos autodeclarados ou oriundos da população negra, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e pessoas com deficiência, o que corresponde a **6 (seis) vagas de mestrado e 3 (três) vagas de doutorado**, distribuídas equitativamente em cada linha de pesquisa, no caso, 1 (uma) vaga por cada linha de pesquisa do programa.

3.5.1 Os(As) candidatos(as) de que trata o subitem 3.5, caso sejam aprovados(as) dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência, não serão computados(as) para efeito do preenchimento das vagas reservadas para as políticas de ação afirmativa.

3.5.2 Em caso de desistência de candidato classificado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato cotista seguinte mais bem classificado.

3.5.3 **Serão consideradas pessoas com deficiência** aquelas que se enquadrarem no art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004; no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista); e as contempladas pela Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021 e enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009

3.6 Para concorrer às vagas mencionadas no subitem 3.5, os(as) candidatos(as) deverão preencher um dos formulários de autodeclaração constantes no **ANEXO VI** deste Edital, e, além disso, juntar os documentos descritos nos subitens 3.6.1 ou 3.6.3, se for o caso. **Em qualquer das situações, os candidatos deverão anexar tais documentos no momento da inscrição.**

3.6.1 Em se tratando de candidato(a) declarado(a) como pessoa com deficiência, será necessária também a comprovação de tal condição por laudo médico, atestando a espécie e o grau da deficiência, nos termos dos artigos 3º e 4º do **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, conforme **Portaria Normativa do MEC, Nº 1.117** de 01/11/2018. O laudo que atesta a deficiência deverá ser validado, preferencialmente, pela FUNAD ou outra Instituição Pública de Reabilitação, assim como pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade - CIA, da UFPB.

3.6.2 O **laudo deverá ter sido emitido nos últimos 24 meses anteriores ao da inscrição no processo seletivo,** por médico devidamente habilitado, contendo as assinaturas e os carimbos dos profissionais especializados com o número de suas inscrições nos respectivos conselhos fiscalizadores da profissão, conforme a sua especialidade.

3.6.3 Os autodeclarados índios precisarão apresentar documento comprobatório de pertencimento ao povo indígena emitido por autoridade indígena reconhecida pelos membros da comunidade indígena à qual pertence ou pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

3.7 O(a) candidato(a) **cujo perfil permite mais do que uma opção** para as vagas mencionadas no subitem 3.5 deverá eleger apenas uma das modalidades (autodeclarado negro, indígena, pessoa com

deficiência ou pertencente a povos e comunidades tradicionais), sendo automaticamente excluído das demais.

3.7.1 Não será permitida a alteração para as vagas mencionadas no subitem 3.5 no decorrer do processo seletivo.

3.8 Os(As) candidatos(as) inscritos para as vagas mencionadas no subitem 3.5 necessitam realizar todo o processo seletivo e serem aprovados de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital.

3.9 Os(As) candidatos(as) autodeclarados negros, indígenas, com deficiência ou pertencentes a povos e comunidades tradicionais concorrerão entre si às vagas estabelecidas no subitem 3.5 deste Edital.

3.10 Na hipótese de não haver candidatos negros, indígenas, com deficiência ou pertencentes a povos e comunidades tradicionais aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência, sendo preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação e a área de concentração do curso.

3.11 Os(As) candidatos(as) à reserva de vagas mencionada no subitem 3.5 que não preencherem ou não entregarem tempestivamente a documentação requisitada, serão inscritos para a concorrência geral.

4. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ATO DA INSCRIÇÃO

4.1 No ato da inscrição serão exigidos os seguintes documentos:

- a) Requerimento de inscrição devidamente preenchido e assinado, conforme **ANEXO III** deste Edital;
- b) Formulário de inscrição devidamente preenchido, assinado e contendo uma fotografia 3x4 recente, conforme **ANEXO IV** deste Edital;
- c) Documento de Identidade. Para candidato(a) estrangeiro(a): Passaporte ou Carteira de Identidade de Estrangeiros, expedida pela Polícia Federal Brasileira (ver subitens 4.3 e 4.3.1);
- d) Cadastro de Pessoa Física (CPF), exceto para candidatos estrangeiros (**observação: caso o CPF conste na cédula de identidade não há necessidade de juntar esse documento de forma individual**);
- e) Diploma de Graduação ou Diploma de Mestrado ou Documento Comprobatório (ver subitem 2.2, 2.3 e 4.1.1 do edital), conforme seja o caso. (inserir no local indicado no SIGAA – **NÃO INSERIR NO ARQUIVO ÚNICO**).
- f) Comprovação da isenção da taxa de inscrição, se for o caso (inserir no local indicado no SIGAA – **NÃO INSERIR NO ARQUIVO ÚNICO**);
- g) Termo de autodeclaração e documentos comprobatórios para os candidatos(as) que pretendem ingressar pelo programa de ação afirmativa, conforme **ANEXO VI**, se for o caso. (inserir no local indicado no SIGAA – **NÃO INSERIR NO ARQUIVO ÚNICO**);
- h) Projeto de pesquisa (Plano Preliminar de Dissertação/Tese) tanto para o Mestrado, quanto para o Doutorado. O projeto deve ser digitado em página no formato A4, fonte “Times New Roman”, tamanho 12, margens superior e esquerda com 3,0 cm de distância da borda da página; inferior e direita, 2 cm; com espaçamento de 1,5 entre as linhas, e poderá ter, no máximo, **15 (quinze) páginas para o Mestrado e até 20 (vinte)** para o Doutorado, incluindo a bibliografia. Não acrescentar anexos e apêndices. Os projetos deverão ser elaborados de acordo com as seguintes instruções: **Capa**, contendo título do projeto, nível, área de concentração, e linha de pesquisa pretendida (**O CANDIDATO NÃO PODERÁ SE IDENTIFICAR EM NENHUMA PARTE DO PLANO PRELIMINAR**); **Apresentação e Justificativa** evidenciando o interesse e a

relevância do estudo proposto; **Problema e Problemática**, contendo delimitação clara do problema e referencial teórico-crítico da pesquisa; **Objetivos**, desdobrados em geral e específicos; **Metodologia e Cronograma** de execução do projeto, observados os prazos máximos de 24 meses para o Mestrado e de 48 meses para o Doutorado, incluindo-se aí todos os requisitos regulamentares exigidos para a conclusão de cada um dos cursos, disponíveis no regulamento do PPGCJ; **Quadro Normativo** sinalizando quais são as normas mais essenciais pertinentes na condução da proposta; **Referências Bibliográficas** utilizadas para a elaboração do plano preliminar. (Maiores informações: **ANEXO VIII**); e

i) Link do Currículo Lattes (informar o link no campo indicado no SIGAA).

4.1.1 No campo obrigatório “**Diploma da Graduação (arquivo PDF)**” previsto no SIGAA para a realização da inscrição, o candidato deverá anexar o diploma de graduação ou declaração que expresse que o candidato tem plenas condições de concluir o curso de graduação (para os candidatos ao mestrado) ou mestrado (para os candidatos ao doutorado), antes da matrícula institucional no programa.

4.2 Não será permitida a complementação de documentos após o término do período estabelecido para as inscrições.

4.3 Somente será admitido como **documento de identidade, os seguintes documentos**: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, Secretarias de Justiça, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97), bem como carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade.

4.3.1 **Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.**

4.4 A documentação necessária para inscrição, indicada no **subitem 4.1** deverá necessariamente ser encaminhada em **arquivo único em formato “PDF”**, devendo, em todo caso, seguir a ordem alfabética apresentada no **subitem 4.1**, isto é, primeiramente o requerimento de inscrição, em seguida, o formulário de inscrição, documento de identidade, e posteriormente todos os demais documentos (subitem 4.1, “a”, “b”, “c” e “d”). O candidato deverá observar, em todo caso, o que estabelecem os subitens 4.1, alíneas “e”, “f” e “g”; 4.4.1; 4.4.2 ; 4.4.3e 5.24.

4.4.1 Os arquivos encaminhados deverão ter no máximo **10 MB**.

4.4.2 O Plano Preliminar de Dissertação/Tese deverá ser encaminhado em formato “**PDF PESQUISÁVEL**” separadamente dos demais documentos indicados no **subitem 4.1**. Nesse caso, ambos os documentos deverão ser anexados em local devidamente indicado na página de inscrição do processo seletivo.

4.4.3 O arquivo do Plano Preliminar de Dissertação ou Tese deverá ser criado em programas de edição de textos (Word, Writer e outros), e, posteriormente transformado para o formato PDF (**PDF PESQUISÁVEL**). Não serão aceitos arquivos digitalizados ainda que em formato PDF.

4.4.4 **O candidato que não encaminhar o arquivo do Plano Preliminar de Dissertação ou Tese da maneira descrita no subitem 4.4.3 será desclassificado do processo seletivo.**

4.5 O fornecimento da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.6 A homologação das inscrições, com base na análise da documentação apresentada, caberá à Coordenação do PPGCJ. A divulgação dar-se-á na secretaria do PPGCJ e nos endereços eletrônicos: www.ccj.ufpb.br/pos e/ou <http://www.ufpb.br/pos/ppgcj>.

5. DA INSCRIÇÃO

5.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.2. Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deve recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento dos requisitos e das condições exigidas para este processo seletivo.

5.3. O Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica e/ou informática dos computadores e/ou redes, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.4. Para a realização da inscrição neste processo seletivo será imprescindível o cadastro na Plataforma Lattes, cuja referência deverá ser indicada na plataforma de inscrição SIGAA no momento da inscrição.

5.5. As inscrições ficarão abertas, exclusivamente, via Internet, no período das **0h do dia 11/02/2022 às 23h59min do dia 18/02/2022 (horário local)**.

5.6. As inscrições poderão ser prorrogadas, por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério da Coordenação do Programa.

5.7. A prorrogação das inscrições de que trata o subitem anterior poderá ser feita sem prévio aviso, bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita nos endereços eletrônicos do programa.

5.8. Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA), por meio do endereço eletrônico https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/processo_seletivo/lista.jsf?nivel=S&aba=p-stricto durante o período das inscrições e, por meio dos links referentes à seleção do PPGCJ, efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos abaixo:

5.9. Ler e aceitar o Requerimento de Inscrição e transmitir todos os dados solicitados no questionário pela Internet, sobretudo no que se refere à documentação exigida no subitem 4.1 deste edital.

5.10. Efetuar o pagamento da importância referente à inscrição, por meio de GRU, até a data de vencimento, no valor de: **R\$ 85,93 (oitenta e cinco reais e noventa e três centavos)**.

5.11. A GRU somente é gerada após o encerramento do processo de inscrição na plataforma SIGAA.

5.12. A importância recolhida relativa à taxa de inscrição não será devolvida em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do processo seletivo.

5.13. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o **último dia de vencimento**, conforme previsto no cronograma do processo seletivo (**ANEXO II**).

5.14. Serão canceladas as inscrições com pagamento efetuado por um valor menor do que o estabelecido e as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data de vencimento.

5.15. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, a GRU deverá ser paga antecipadamente à data de seu vencimento.

5.16. A inscrição somente será confirmada após a comprovação do pagamento do valor da inscrição pela instituição bancária ser reconhecido eletronicamente pelo SIGAA, exceto para os candidatos com direito à isenção de pagamento conforme item 6 e seguintes deste edital.

5.17. O candidato que fizer jus a isenção da taxa de inscrição deverá juntar o documento comprobatório dessa condição no local especificado na plataforma SIGAA, ou outro determinado quando da publicação da relação de isentos.

5.18. São de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) as informações e a documentação por ele(ela) fornecidas para a inscrição, as quais não poderão ser alteradas ou complementadas, em nenhuma hipótese ou a qualquer título.

5.19. As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas o direito de excluir do processo seletivo aquele que não concluir o processo de inscrição de forma completa, correta e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

5.20. Após análise da documentação apresentada, a Coordenação do programa decidirá sobre o deferimento dos pedidos de inscrição e sua consequente homologação no processo seletivo.

5.21. O candidato poderá conferir, nos endereços eletrônicos do programa, se a sua inscrição foi deferida. Em caso negativo, poderá o candidato insatisfeito entrar com um pedido de reconsideração, o qual será analisado pela Coordenação do programa, conforme previsto no cronograma do processo seletivo (**ANEXO II**).

5.22. A falta de documentação ou o descumprimento do prazo de entrega ou envio fora das condições determinadas por este Edital implicam o indeferimento da inscrição.

5.23. Não serão homologadas as inscrições que não atenderem integralmente às exigências deste edital.

5.24. A inscrição ocorrerá se e somente se o(a) candidato(a) preencher cadastro online e anexar **ARQUIVO ÚNICO (OBRIGATORIAMENTE EM PDF)** com toda a documentação solicitada no subitem 4.1 deste edital (exceto o plano preliminar de dissertação/tese e demais documentos mencionados expressamente no subitem 4.1), no primeiro campo disponível para anexar arquivo do formulário de inscrição indicado com o campo “**ANEXAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO SUBITEM 4.1 EM ARQUIVO ÚNICO (PDF)**”. Além disso, anexar o **PLANO PRELIMINAR DE DISSERTAÇÃO/TESE** no local indicado com o campo “**ANEXAR O PLANO PRELIMINAR DE DISSERTAÇÃO/TESE EM FORMATO "PDF PESQUISÁVEL"**”.

6. DA INSTRUÇÃO SOBRE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

6.1 O recolhimento da taxa de inscrição para o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, no valor de **R\$ 85,93 (oitenta e cinco reais e noventa e três centavos)** será feito conforme a **Resolução Nº 05/2005 do Conselho Curador/UFPB**, nos valores atualizados pela normativa mais recente do mesmo órgão, e será feito pelo sistema SIGAA.

6.2 A isenção do pagamento da taxa de inscrição em conformidade com o preceituado na **Lei nº 12.799/2013**, no **Decreto nº 6.593/2008** e na **Resolução do Conselho Curador n.º 05/2005** dar-se-á mediante:

a) 1º hipótese: Comprovação de ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada, e de ter renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio (**Lei nº 12.799/2013**);

b) 2º hipótese: Comprovação de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o **Decreto nº 6.135**, de 26 de junho de 2007 e declaração que é membro de família de baixa renda;

c) 3º hipótese: Caso não tenha CadÚnico, o(a) candidato(a) deverá apresentar parecer social emitido setor de Serviço Social da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE). Para obter esse documento, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao PPGCJ a abertura de processo para solicitação de isenção da taxa de inscrição (**ANEXO IX**), munido dos seguintes documentos: RG; CPF; comprovante de residência; comprovante(s) de renda familiar (contracheque, Carteira de Trabalho, extrato do INSS, declaração de autônomo, a depender da situação de trabalho do candidato e dos membros familiares); e histórico escolar do ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada.

d) 4º hipótese - Haverá, ainda, isenção da taxa de inscrição para os servidores docentes e técnico-administrativos da UFPB, seus cônjuges e filhos, na forma estabelecida no §5º do art. 1º da **Resolução do Conselho Curador n.º 05/2005**, devendo o(a) candidato(a) apresentar comprovação de vínculo com a UFPB e da relação de parentesco no caso de cônjuges e filhos de servidores.

6.3 Para o pedido de isenção da taxa de inscrição é necessário que o candidato(a) junte além da comprovação indicada no subitem 6.2, o requerimento de isenção nos termos do **ANEXO IX. Além disso, em se tratando da hipótese de isenção prevista no subitem 6.2, “b”, será também necessária a juntada da declaração constante no ANEXO X, deste edital.**

6.4 Os pedidos de isenção deverão ser encaminhados para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, através do e-mail: selecao.ppgcj.ufpb@gmail.com, conforme o cronograma do Processo Seletivo 2022, constante no **ANEXO II** deste edital.

6.5 O(a) candidato(a) cujo perfil permite mais do que uma opção para isenção prevista no subitem 6.2, deverá eleger apenas uma das modalidades, sendo automaticamente excluído das demais.

6.6 Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o item 7 estará sujeito a:

I – cancelamento da inscrição e exclusão da seleção, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

II – exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da matrícula no curso;

III – declaração de nulidade do ato de matrícula, se a falsidade for constatada após a sua efetivação.

6.7 **Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:** a) omitir informações e(ou) torná-las inverídicas; b) fraudar e(ou) falsificar documentação; c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos nos subitens 6.1 e seguintes deste edital.

6.8 A relação provisória dos candidatos com pedido de isenção deferido será divulgada na data, nos endereços eletrônicos www.ccj.ufpb.br/pos e/ou <http://www.ufpb.br/pos/ppgcj>, conforme previsto no cronograma do processo seletivo (**ANEXO II**).

6.9 É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob pena de não concessão, a correta indicação, no requerimento de isenção, da possibilidade de isenção que pretenda pleitear, bem como a correta apresentação da respectiva documentação para essa finalidade.

6.10 O candidato que desejar solicitar reconsideração contra o indeferimento do pedido de isenção deverá observar os procedimentos disciplinados no item 12 e seguintes, assim como o que está previsto

no cronograma do processo seletivo (**ANEXO II**), e, nos procedimentos disciplinados na respectiva relação provisória.

6.11 No período de interposição de pedido de reconsideração **não haverá a possibilidade de envio da documentação pendente anexa ao pedido ou complementação desta.**

6.12 O candidato cujo pedido de isenção for indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o último dia para pagamento da GRU, sob pena de ser automaticamente excluído do processo seletivo.

7. DA INSTRUÇÃO SOBRE ATENDIMENTO ESPECIAL OU ESPECIALIZADO

7.1 O candidato que necessitar de atendimento especial e/ou adaptação da Prova Escrita ou Plano Preliminar deverá, conforme o prazo descrito no cronograma do processo seletivo obedecer aos seguintes procedimentos:

7.1.1 Os benefícios previstos no subitem anterior deverão ser requeridos por escrito, durante o período estabelecido no cronograma do processo seletivo (**ANEXO II**), através do e-mail: selecao.ppgcj.ufpb@gmail.com, e por meio do formulário de solicitação constante no **ANEXO V**.

7.1.2 Não serão aceitos pedidos encaminhados por fax, telefone ou qualquer outro meio que não o especificado no item anterior.

7.1.3 O(A) candidato(a) com deficiência poderá requerer, no período estabelecido neste edital, atendimento especial para a realização de cada etapa, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto nos parágrafos 1º e 2º do art. 40 do **Decreto nº 3.298/1999** e suas alterações.

7.1.4 A **candidata que for amparada pela Lei nº 13.872**, de 17 de setembro de 2019, e necessitar amamentar criança de até *seis meses de idade* durante a realização das provas escritas poderá, no período estabelecido neste edital, requerer atendimento especial com esse fim.

7.1.5 A candidata deverá apresentar, no dia de realização das provas, original ou cópia simples da certidão de nascimento da criança para comprovar que a criança tem até seis meses de idade no dia de realização das provas e demais etapas.

7.1.6 A candidata deverá levar, no dia de realização das provas, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. **A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.**

7.1.7 O programa não disponibilizará acompanhante para a guarda de criança.

7.1.8 A candidata terá, caso deferido o seu pedido de atendimento especial previsto no subitem 7.1.4, o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de duas horas, por até 30 minutos. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização das provas em igual período, nos termos do parágrafo 2º do art. 4º da Lei nº 13.872/2019.

7.1.9 Caso a candidata utilize **mais de uma hora para amamentar**, será concedida, no máximo, uma hora de compensação.

7.2 Em todos os casos, o pedido deverá ser fundamentado e devidamente comprovado, inclusive, se for o caso, por meio de laudo médico.

7.3 O atendimento às condições especiais solicitadas para a realização ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

7.4 Os(As) candidatos(as) que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 7 e seus subitens serão considerados(as) como sem deficiência, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

7.5 A solicitação de atendimento especial, por si só, não garante ao candidato(a) a concorrência às vagas descritas no subitem 3.5 deste edital.

7.6 O fornecimento da documentação é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a).

7.7 A relação provisória dos(as) candidatos(as) com pedido de atendimento especial deferido será divulgada nos endereços eletrônicos www.ccj.ufpb.br/pos e/ou <http://www.ufpb.br/pos/ppgcj>, conforme previsto no cronograma do processo seletivo (ANEXO II).

7.8 O(A) candidato(a) que desejar solicitar pedido de reconsideração contra a relação provisória dos pedidos de atendimento especial deferido deverá observar os procedimentos disciplinados no item 12 e seguintes, assim como o que está previsto no cronograma do processo seletivo, e, nos procedimentos disciplinados na respectiva relação provisória.

7.9 No período para pedido de reconsideração, não haverá possibilidade de envio de documentação pendente ou complementação desta.

7.11 Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange aos prazos, aos equipamentos utilizados, ao conteúdo, aos critérios de aprovação, à nota mínima exigida para os demais candidatos e todas as demais normas de regência do concurso.

8. DA PRESTAÇÃO DE CADA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO

8.1 As etapas do processo seletivo serão organizadas no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Campus I, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, CEP 58051-900, e estão previstas para ocorrer da seguinte forma:

a) Prova Escrita: 18/03/2022 (09h às 12h ou 14h às 17h – horário local) - PRESENCIAL

b) Análise dos Planos Preliminares: 13/04/2022 a 20/04/2022

8.1.1 O candidato deverá, obrigatoriamente, acessar os endereços eletrônicos do programa para verificar o seu local de prova.

8.1.2 O candidato somente poderá realizar a prova no local designado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ).

8.1.3 Serão de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização de prova e o comparecimento no horário determinado.

8.2 Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), o Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) reserva-se o direito de alocá-los em outras dependências da UFPB (Campus I), não assumindo qualquer responsabilidade por isso.

8.2.1 A confirmação da data e as informações sobre horários para a realização das provas serão divulgadas oportunamente por meio de convocação oficial, a ser publicada nos endereços eletrônicos do PPGCJ.

8.2.2 A avaliação de cada etapa será realizada pelas comissões de seleção das respectivas linhas de pesquisas, conforme o estabelecido no ANEXO I do presente EDITAL.

8.3 Motivarão a eliminação do candidato no processo seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas à

seleção, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida no processo seletivo.

8.4 Será eliminado do processo seletivo ainda o candidato que:

- a) Não encaminhar o Plano Preliminar de Dissertação ou Tese no momento da inscrição, conforme os termos exigidos no edital, seja qual for o motivo alegado;
- b) O candidato que cometer qualquer tipo de plágio acadêmico, identificado no Plano Preliminar de Dissertação ou Tese no momento de sua correção;
- c) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das etapas do processo seletivo;
- d) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- e) Não alegar e/ou evitar impedimento ou suspeição previsto neste edital, na realização das Provas;
- f) Não observar a temática da linha de pesquisa pretendida em seu Plano Preliminar de Dissertação/Tese; e
- g) Se identificar na Prova Escrita ou no Plano Preliminar de Dissertação ou Tese encaminhado para avaliação.

8.5 Para fins do que dispõe o subitem 8.4, “e”, considera-se incompatível as seguintes relações entre candidatos(as) e membro de Comissão de Seleção:

- I** - seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;
- II** - esteja litigando judicial ou administrativamente com candidato ou respectivo cônjuge ou companheiro;
- III** - tenha sido orientador ou coorientador de atividades acadêmicas de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação.
- IV** - tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos candidatos ou com os respectivos cônjuges ou companheiro(a)s;
- V** - seja ou tenha sido sócio de candidato em atividade profissional nos últimos cinco anos;

8.6 As possíveis alegações arguidas deverão ser fundamentadas, sobretudo mediante a indicação de alguma incompatibilidade descrita no **subitem 8.5**. O desrespeito às normas no caso dos incisos II a V do subitem 8.5 eliminam tão somente o candidato suspeito de favorecimento, sem prejuízo das notas e avaliações feitas com relação aos demais concorrentes.

8.7 Em casos de incompatibilidade entre candidatos e membros de banca examinadora poderão ocorrer remanejamentos, de modo a reverter a incompatibilidade encontrada.

8.8 Denúncias de impedimentos, suspeição ou outra causa de exclusão da seleção, só serão aceitas quando devidamente comprovadas, por qualquer meio de prova permitido pelo ordenamento jurídico. Nesse caso, em respeito ao princípio da ampla defesa e do contraditório, será dado ao candidato denunciado a oportunidade de se defender no prazo de 03 (três) dias úteis, após sua convocação nas páginas eletrônicas do programa.

8.9 Para fins do que dispõe o **subitem 8.4, “b”**, considera-se plágio a má conduta acadêmica que consiste na apropriação indevida da produção de outrem, sem o devido crédito à fonte, e que cuja

materialidade se consubstancia, no caso concreto, a partir das seguintes circunstâncias, conforme Política Institucional da UFPB contra plágio nas produções acadêmica, a saber:

- I. **Plágio direto:** cópia literal do texto original, sem referência ao autor e sem indicar que é uma citação;
- II. **Plágio indireto:** reprodução, com as próprias palavras, das ideias de um texto original (paráfrase), sem indicação da fonte;
- III. **Plágio de fontes:** utilização das fontes de um autor consultado (fontes secundárias) como se tivessem sido consultadas em primeira mão;
- IV. **Plágio consentido:** apresentação ou assinatura de trabalho alheio como de autoria própria, com anuência do verdadeiro autor; e
- V. **Autoplágio:** reapresentação, como se fosse original, de trabalho de própria autoria (em todo ou em parte).

9. DOS CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO NAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO E DA PARTICIPAÇÃO DE CADA UMA NO RESULTADO FINAL

9.1 O processo seletivo será conduzido por comissão ou comissões de seleção, constituída(s) por docentes vinculados ao PPGCJ e/ou externos.

9.2 A critério do Colegiado do PPGCJ pode haver uma comissão geral ou comissões específicas, de acordo com a(s) área(s) de concentração e linha(s) de pesquisa, sendo que, um mesmo docente pode participar de mais de uma comissão.

9.3 A seleção de Mestrado e de Doutorado constará de **DUAS ETAPAS**, de caráter eliminatório e classificatório, sendo eliminados os candidatos que não obtiverem nota igual ou superior a 7(sete) em cada uma das duas etapas.

9.4 Será considerado aprovado o(a) candidato(a) que, dentro do número de vagas oferecidas pelo programa, obtiver nota final igual ou superior a 7(sete).

9.5 Será considerado(a) em cadastro de reserva o(a) candidato(a) cuja nota final for igual ou superior a 7(sete), e que cuja nota final não tenha sido suficiente para o candidato(a) estar dentro do número total de vagas oferecidas pelo programa, após a hierarquização dos resultados pela sequência decrescente das notas obtidas.

9.6 Caso haja coincidência de pontuação entre dois ou mais candidatos, o desempate será feito com base, sucessivamente, nos seguintes critérios de desempate:

- a) **Idade igual ou superior a 60 anos**, dando-se preferência ao de idade mais elevada, quando mais de um candidato preencher o critério inicial, considerando o último dia de inscrição neste processo seletivo, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei federal nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso);
- b) **Candidato que comprove ter renda familiar inferior a dez salários mínimos, ou ao de menor renda familiar**, quando mais de um candidato preencher o critério inicial, conforme art. 44, § 2º, da Lei nº 9.394/1996 e suas alterações (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- c) **Maior nota no Plano Preliminar de Dissertação ou Tese;** e
- d) **Maior nota na Prova Escrita.**

9.6.1 Caso ocorra a situação prevista na alínea “b” do subitem 9.6, os candidatos com a mesma pontuação serão chamados para comprovação da renda familiar, conforme os termos da publicação do resultado final do processo seletivo.

9.6.2 Persistindo o empate, este será resolvido por sorteio.

9.7 A nota final do candidato será correspondente à média aritmética das notas atribuídas pelos membros avaliadores na Prova Escrita e no Plano Preliminar de Dissertação/Tese.

9.8 Os(as) candidatos(as) inscritos(as) no Programa de Ação Afirmativa ficam submetidos(as) aos critérios de avaliação determinados neste edital.

9.9 Para a realização das avaliações serão considerados o envio adequado dos documentos exigidos neste Edital.

9.10 Todos os resultados serão publicizados nos endereços eletrônicos do programa, conforme cronograma do processo seletivo, constante no **ANEXO II**.

10.DA PROVA ESCRITA

10.1 A prova escrita terá a duração de **03 (três) horas** e será aplicada na data provável de **18 de março de 2022**, no turno da manhã e/ou da tarde. Durante a aplicação da Prova Escrita, deve ser observado, por parte dos candidatos e fiscais, o uso obrigatório de máscaras e o respeito às normas de biossegurança, estabelecidas pela Universidade Federal da Paraíba.

10.2 O candidato que não obedecer o disposto no subitem 10.1 quanto ao uso de máscaras e o respeito às normas de biossegurança da Instituição, será eliminado da seleção.

10.3 A prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório, valerá 10 (dez) pontos e abrangerá os objetos de avaliação constantes no subitem 10.13 deste edital.

10.4 A prova escrita será realizada no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Campus I, da Universidade Federal da Paraíba, cidade de João Pessoa/PB, e está prevista para ocorrer da seguinte forma:

a) **Prova Escrita: 18/03/2022 (09h às 12h ou 14h às 17h – horário local);**

10.5 Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver **portando documento de identidade original que bem o identifique**, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, Secretarias de Justiça, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97), bem como carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade.

10.6 **Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.**

10.7 O não comparecimento às provas no horário estabelecido para o início de aplicação da prova, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do processo seletivo.

10.8 O resultado da prova escrita será divulgado nos endereços eletrônicos do programa.

10.9 As provas escritas serão organizadas e catalogadas, exclusivamente, por sistema codificado, permitindo a identificação dos(as) candidatos(as) somente após a divulgação do resultado definitivo da prova escrita.

10.10 Na data de 13 de Abril de 2022, às 14h00, fica estabelecida a Sessão Pública de correlação dos códigos aos nomes dos candidatos, identificando, nessa ETAPA, os candidatos e respectivas notas atribuídas pela Comissão.

10.11 A divulgação da correlação dos códigos aos respectivos nomes ocorrerá nos endereços eletrônicos do PPGCJ e no quadro do PPGCJ, a partir das 09 (nove) horas do dia seguinte a sessão pública.

10.12 **Serão automaticamente eliminados do processo seletivo os(as) candidatos(as) que registrarem, em suas provas, assinaturas, informações pessoais ou quaisquer sinais distintivos que possibilitem sua identificação durante a correção.** De igual modo, aqueles flagrados utilizando aparelho eletrônico, celular ou realizando consultas a material didático, textos de lei ou congêneres durante a realização da prova escrita.

10.13 A escala de avaliação utilizada na Prova Escrita será de 0 (zero) a 10,0 (dez), segundo critérios avaliativos e pontuação abaixo relacionada:

a) Domínio do Conteúdo: 0,0 a 6,0 pontos

- Abordagem do tema: domínio do estado da arte, reflexão crítica e fundamentação teórica – (6,0 Pontos)

b) Articulação com a linha de pesquisa e com a área de concentração: 0,0 a 3,0 pontos

- Demonstrar, na abordagem do tema, a relação do conteúdo com o campo de pesquisa - (3,0 Pontos)

c) Correção da linguagem e clareza na comunicação: 0,0 a 1,0 pontos

- Uso da norma padrão da língua – (0,5 Pontos)
- Clareza na comunicação – (0,5 Pontos).

10.14 Somente terão acesso ao local das provas os(as) candidatos(as) que portarem documento de identificação com foto e estiverem usando máscaras de proteção, conforme normas de biossegurança, estabelecidas pela Universidade Federal da Paraíba.

10.15 A prova escrita consistirá em dissertação sobre **QUAISQUER DOS 05 (CINCO) TÓPICOS** estabelecidos no Conteúdo Programático fixados por Linha, conforme o ANEXO I desse Edital, sorteado no momento de aplicação. **A resposta da prova escrita deverá ter no máximo 6(seis) laudas.**

10.16 O candidato deverá transcrever as respostas da prova escrita para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas.

10.17 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10.18 **A folha de resposta definitivo da prova escrita NÃO DEVERÁ SER ASSINADA, RUBRICADA ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato,** sob pena de eliminação do processo seletivo. A detecção de qualquer marca

identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a eliminação do candidato.

10.19 O texto definitivo da prova escrita deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

10.20 A prova escrita de conhecimento na Área de Concentração, com caráter eliminatório e classificatório, com duração máxima de 3h (três horas), exigindo-se nota mínima 7,0 (sete) para habilitação nesta etapa.

10.21 **O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas, sob pena de eliminação do processo seletivo.**

10.22 A nota na prova escrita do candidato corresponderá a média aritmética das notas atribuídas por cada avaliador(a) nesta fase. Cada candidato será avaliado por dois membros da banca examinadora da linha para a qual concorre, podendo os membros titulares serem substituídos pelos suplentes ou membros de outras linhas.

10.23 Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.

11. PLANO PRELIMINAR DE DISSERTAÇÃO E TESE

11.1 A segunda etapa será constituída pela avaliação do Plano Preliminar de Dissertação/Tese que se pretende desenvolver durante o curso de Mestrado (até 24 meses) ou Doutorado (até 48 meses).

11.2 O Plano Preliminar de Dissertação e Tese será avaliado por comissão de seleção, constituída(s) por docentes vinculados ao PPGCJ e/ou externos, os(as) quais foram designados(as) pelo(a) coordenador(a) do programa e aprovados(as) em colegiado.

11.3 A segunda fase, de caráter eliminatório e classificatório, valerá 10 (dez) pontos, conforme os objetos de avaliação constantes no subitem 11.8 deste edital, exigindo-se nota mínima 7,0 (sete) para habilitação nesta etapa.

11.4 A avaliação do Plano Preliminar de Dissertação e Tese levará em conta o documento depositado pelo candidato no momento da inscrição do processo seletivo.

11.4.1 Serão automaticamente eliminados do processo seletivo os(as) candidatos(as) que registrarem, em seus Planos Preliminares de Dissertação e Tese, assinaturas, informações pessoais ou quaisquer sinais distintivos que possibilitem sua identificação durante a correção.

11.5 Os tópicos indicados no ANEXO VIII devem obrigatoriamente constar na proposta do Plano Preliminar de Dissertação e Tese, sob pena de redução da nota avaliativa. O Plano Preliminar de Dissertação para o MESTRADO deve seguir as normas da ABNT, e deve conter **de 10 a 15 páginas (incluindo capa e bibliografia)** em “Times New Roman”, fonte 12, espaço 1,5 sem adição entre parágrafos. Para o DOUTORADO, o Plano Preliminar de Tese deve seguir as normas da ABNT, e deve conter **de 15 a 20 páginas (incluindo capa e bibliografia)** em “Times New Roman”, fonte 12, espaço 1,5 sem adição entre parágrafos.

11.6 **O Plano Preliminar de Dissertação e Tese proposto deve estar alinhado e com pertinência temática a linha de pesquisa a qual o candidato concorre, sob pena de eliminação do processo seletivo.** O candidato deve observar o ANEXO I deste edital no qual consta a ementa e o referencial bibliográfico pertinente às linhas de pesquisas do programa.

11.7 O resultado nesta fase será divulgado nos endereços eletrônicos do programa.

11.8 A nota do referido plano preliminar, utilizando a escala de 0 (zero) a 10 (dez), obedecerá os critérios avaliativos e pontuação abaixo relacionada:

• **AVALIAÇÃO DO PLANO PRELIMINAR DE DISSERTAÇÃO OU TESE (10,0 Pontos)**

a) Análise do Conteúdo

- Apresentação e Justificativa: 0,0 a 2,0 pontos
- Problema e Problemática: 0,0 a 2,0 pontos
- Objetivos, acompanhados obrigatoriamente de hipótese no projeto doutoral e facultativo no mestrado: 0,0 a 2,0 pontos
- Metodologia e Cronograma: 0,0 a 2,0 pontos
- Quadro normativo e referências (demonstração do estado da arte sobre a temática): 0,0 a 2,0 pontos

11.9 A nota no Plano Preliminar de Dissertação e Tese corresponderá à média aritmética das notas atribuídas pelos membros avaliadores. Cada candidato será avaliado por dois membros da banca examinadora da linha para qual concorre, podendo os membros titulares serem substituídos pelos suplentes ou membros de outras linhas.

11.10 Casos de impedimento e/ou suspeição referentes às bancas examinadoras, deverão ser arguidos durante o prazo estabelecido no cronograma do processo seletivo (**ANEXO II**) e conforme modelo de requerimento do **ANEXO XII**.

12. DOS PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO/RECURSOS E PRAZOS

12.1 Será garantido ao(à) candidato(a) o direito de entrar com pedido de reconsideração do resultado em cada etapa de caráter eliminatório/classificatório do processo seletivo, bem como nos casos de indeferimento de inscrição, isenção da taxa de inscrição e atendimento especial. Em todos os casos, os candidatos deverão obedecer aos prazos estabelecidos no cronograma do processo seletivo.

12.2 Os pedidos de reconsideração e/ou recurso deverão ser encaminhados ao programa, conforme **ANEXO VII e XI** deste Edital, respectivamente. Os pedidos em questão deverão ser realizados através do próprio SIGAA, por meio do endereço da inscrição, exceto por algum motivo técnico devidamente divulgado nos endereços eletrônicos do programa.

12.3 Os pedidos de reconsideração quanto à homologação de inscrição, isenção da taxa de inscrição e/ou atendimento especial serão julgados pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas.

12.4 Os pedidos de reconsideração dos resultados das duas etapas do processo seletivo serão julgados pela comissão de seleção da respectiva linha de pesquisa.

12.5 Não serão aceitos pedidos de reconsideração e/ou recurso fora dos prazos estabelecidos no cronograma do processo seletivo (**ANEXO II**), da mesma forma não serão aceitos pedidos de reconsideração e/ou recurso não fundamentados.

12.6 No pedido de reconsideração do resultado preliminar da prova escrita, o candidato(a) deverá fazer referência **APENAS** ao código alfanumérico recebido, a área de concentração e a linha de pesquisa, sob pena de não conhecimento do pedido.

12.7 Os resultados dos pedidos de reconsideração e/ou recurso serão divulgados no mural da secretaria do PPGCJ e nos endereços eletrônicos do Programa, em data e hora previamente estabelecidas neste edital (<http://www.ufpb.br/pos/ppgcj> ou <http://www.cj.ufpb.br/pos>).

13. DO RESULTADO FINAL

13.1 A divulgação do resultado final do processo seletivo, com os nomes dos candidatos aprovados e classificados em ordem decrescente das médias finais obtidas no certame, será feita em duas listas: uma apresentando os candidatos aprovados em ampla concorrência e outra com os candidatos aprovados nas vagas destinadas às ações afirmativas.

13.2 Será garantido ao(à) candidato(a) o direito de entrar, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, com recurso do resultado final do processo seletivo, o qual deverá ser encaminhado ao Colegiado do PPGCJ, conforme cronograma do processo seletivo (**ANEXO II**).

13.3 O Recurso do Resultado Final será julgado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, e deverá ser encaminhado conforme o **ANEXO XI**.

13.4 O recurso final deverá ser realizado através do próprio SIGAA, por meio do endereço da inscrição, exceto por algum motivo técnico devidamente divulgado nos endereços eletrônicos do programa. Em todos os casos, o recurso deverá ser encaminhado no período indicado no cronograma do processo seletivo (**ANEXO II**).

13.5 O resultado final do Processo Seletivo, depois de decididos todos os recursos interpostos, será homologado pelo Colegiado do programa em documento próprio, publicado e divulgado nos endereços do programa, conforme cronograma do processo seletivo

14. DA MATRÍCULA INSTITUCIONAL E DA DOCUMENTAÇÃO

14.1 O(A) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) no processo seletivo deverá efetuar sua matrícula, no período de **25/05/2022 a 01/06/2022**, no **horário das 8h às 17h**, na secretaria do PPGCJ, mediante a apresentação do **ORIGINAL E DA CÓPIA** legível dos seguintes documentos:

- a) Formulário de Matrícula devidamente preenchido, a ser disponibilizado nos endereços eletrônicos do programa.
- b) Cédula de Identidade (Se estrangeiro, registro nacional do estrangeiro ou passaporte);
- c) CPF;
- d) Certificado de Reservista (para homens), exceto nos casos previstos em lei;
- e) Comprovante de quitação eleitoral;
- f) **Para os(as) candidatos(as) ao Mestrado:** Diploma de graduação ou certidão de colação de grau em curso de graduação reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC). **Para os(as) candidatos(as) ao Doutorado:** diploma de mestrado ou certidão de conclusão em curso de mestrado (a declaração de defesa não supre a certidão de conclusão de mestrado, entendia está como o documento final, após homologação do Colegiado do programa) reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)/Ministério da Educação (MEC) e diploma de graduação;
- g) Certificados de Proficiência (um para o mestrado e duas para o doutorado) ou Termo de Compromisso, conforme **ANEXO XVI** (conforme seja o caso);

14.1.1 O candidato aprovado neste processo seletivo, caso ainda não possua a(s) proficiência(s) em língua estrangeira exigida(s) para a vaga concorrida, terá até o **12º mês de curso** (Mestrado ou Doutorado) para a entrega da(s) proficiência(s) em língua estrangeira, sob pena de cancelamento da matrícula.

14.1.2 O candidato que se enquadra na situação descrita acima deverá no momento da matrícula de curso entregar também o **TERMO DE COMPROMISSO** conforme **ANEXO XVII**.

14.1.3 O Certificado(s) ou documentos de aprovação no(s) exame(s) de verificação da capacidade de leitura e interpretação de uma língua estrangeira, descrito no subitem 14.1, alínea “g”, será aceito desde que realizado(s) por Instituição pública de Ensino Superior, no máximo, **há 5 (cinco) anos a contar entre a data da realização do exame e a efetiva entrega ao programa (data da matrícula ou até o 12º mês de curso, conforme seja o caso)**, e cujo aproveitamento obtido pelo candidato seja igual ou superior a 70% da pontuação máxima prevista no referido exame. Para os candidatos ao Mestrado será exigida a aprovação em uma (01) língua estrangeira (alemão, espanhol, francês, inglês ou italiano), e para os(as) candidatos(as) ao Doutorado será exigida a aprovação em duas (02) línguas estrangeiras (alemão, espanhol, francês, inglês ou italiano). Serão aceitos também os seguintes certificados de proficiência em língua estrangeira: **TOEFL IBT, TOEFL ITP, TOEIC, FCE** (Cambridge English First Certificate), **CPE** (Cambridge Certificate of Proficiency in English); **CAE** (Cambridge Certificate of Advanced English), **DELE, DELF, DALF NANCY, IELTS, GOETHE-ZERTIFIKAT, TestDaF** (Test Deutsch als Fremdsprache), **CELI** (Certificato di Conoscenza della Lingua Italiana), **CILS e IT**. Em tais casos, o nível exigido dos exames segue o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas, e deverá ser corresponde ao nível B1. Para os(as) candidatos(as) estrangeiros os certificados devem ser em outra língua, que não a sua língua pátria. Para os exames que não seguem o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas, consultar o quadro de equivalência constante no **ANEXO XVI**.

14.1.4 O(s) certificado(s) ou documentos de aprovação no(s) exame(s) de verificação da capacidade de leitura e interpretação de uma língua estrangeira deverá(ão) constar de forma expressa:

a) Instituição realizadora do exame;

b) Nome do candidato examinado;

c) Nota no exame (se a nota for atribuída por meio de conceito (A, B, C, D), será necessário a apresentação da escala correspondente entre notas e conceito); e

d) Data da realização do exame.

14.2 Caso, no ato da matrícula institucional, o(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) no processo seletivo não apresente o diploma ou certidão de colação de grau, perderá o direito à matrícula, e será chamado em seu lugar o próximo(a) candidato(a) na lista dos aprovados(as) e classificados(as). Também perderá o direito à matrícula o(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) no processo seletivo que não apresentar o certificado de proficiência ou outro documento exigido neste edital quando da matrícula institucional.

14.3 A não efetivação da matrícula no prazo fixado implica a desistência do(a) candidato(a) de se matricular no programa, o qual perderá todos os direitos decorrentes da aprovação e classificação no processo seletivo, sendo chamado(a) em seu lugar o(a) próximo(a) candidato(a) na lista dos aprovados e classificados.

14.5 O aluno matriculado deverá manter atualizados seus dados pessoais, meios de contato e seu endereço até o final dos estudos, na Secretaria de Curso.

14.6 A não efetivação da matrícula no prazo fixado implica a desistência do(a) candidato(a) de se matricular no programa, o qual perderá todos os direitos decorrentes da aprovação e classificação no

processo seletivo, sendo chamado(a) em seu lugar o(a) próximo(a) candidato(a) na lista dos aprovados e classificados.

14.7 As aulas terão início no dia **10 de junho de 2022**.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das regras contidas neste Edital e a aceitação tácita das condições de participação da seleção, tais como se acham estabelecidas neste edital, nas normas pertinentes, bem como em eventual aditamento, comunicado e instruções específicas para realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

15.2 Todos os atos relativos a presente seleção, convocações, avisos e comunicados serão publicados nos endereços eletrônicos do Programa.

15.3 São endereços eletrônicos do Programa:

1) <http://www.ufpb.br/pos/ppgcj>

2) <http://www.ccj.ufpb.br/pos>

15.4 A Comissão de Seleção para ingresso no PPGCJ é o órgão máximo para resolução de todos os casos omissos e demais decisões a respeito do concurso, podendo consultar o Colegiado do Programa se assim entender necessário.

15.5 Objetivando garantir a lisura, a publicidade e a idoneidade da seleção – o que é de interesse público e, em especial, dos próprios candidatos, será dado acesso às informações da seleção, excetuando-se as informações protegidas por lei e aquelas que exijam sigilo por sua própria natureza.

15.5.1 Para o fim específico de atender ao subitem 15.5, os prazos e procedimentos seguirão o que dispõe a **Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI)** c/c o **Decreto nº 7.724/2012**, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Federal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso.

15.6 A utilização indevida das informações prestadas, acarretará além das penas da lei (cíveis e penais), a imediata eliminação do processo seletivo no caso de se tratar de candidato(a).

15.7 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao processo seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone e/ou e-mail informações relativas aos resultados do processo seletivo.

15.8 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a inscrição do candidato, em todos os atos relacionados à seleção, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

15.9 Os itens e subitens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito.

15.10 Os alunos especiais serão selecionados de acordo com o desempenho neste processo seletivo, desde que aprovado e não-classificado na seleção para aluno regular.

15.11.1 Em razão do dispositivo anterior, é imprescindível que aquele(a) que pretenda almejar a vaga de aluno especial, se submeta a esse processo seletivo do PPGCJ.

15.12. Em respeito ao devido processo legal no âmbito administrativo, deverá o candidato obedecer rigorosamente o trâmite estabelecido neste edital.

15.13 Das decisões das comissões de seleção, que violem texto expresso de lei ou deste edital, caberá reclamação à Coordenação do PPGCJ, a qualquer tempo, desde que devidamente fundamentada,

podendo a depender de critério da própria Coordenação, ser imediatamente levado a apreciação do Colegiado do programa.

15.14 A aprovação nesse processo seletivo, por si só, não garante ao candidato o direito ao recebimento de bolsas de estudos.

15.15 – Os seguintes Anexos integram o presente Edital:

Anexo I – Comissão de Seleção, Conteúdo Programático e Bibliografia Recomendada.

Anexo II – Cronograma do Processo Seletivo

Anexo III – Requerimento de inscrição

Anexo IV – Formulário de inscrição

Anexo V – Modelo de requerimento de atendimento especializado ou especial

Anexo VI – Formulários de autodeclaração

Anexo VII – Modelo de pedido de reconsideração

Anexo VIII – Modelo de Plano Preliminar de Dissertação/Tese

Anexo IX – Modelos de requerimentos para isenção de taxa de inscrição

Anexo X – Declaração para pedido de isenção da taxa de inscrição

Anexo XI – Modelo de requerimento para recurso do resultado final

Anexo XII – Modelo de arguição de incompatibilidade

Anexo XIII – Modelo de requerimento para impugnação do edital

Anexo XIV – Modelo de ficha de julgamento da prova escrita

Anexo XV – Modelo de ficha de julgamento da prova oral

Anexo XVI – Quadro de equivalência de exames de proficiência

Anexo XVII – Modelo de Termo de Compromisso

15.16 Estes são os termos em que se constitui o presente Edital para que atenda aos interessados e cumpra as suas finalidades.

João Pessoa-PB, 23 de dezembro de 2021.

Assinado Digitalmente

Prof. Dr. Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
Coordenador do PPGCJ/UFPA

ANEXO I

COMISSÃO DE SELEÇÃO, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO e BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

(MESTRADO)

1 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO ECONÔMICO (15 VAGAS)

LINHA 1 - HISTÓRIA DO DIREITO, CONSTITUCIONALISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ementa: A evolução do Estado moderno; História do Direito Constitucional e Econômico; Teorias do Constitucionalismo; Normas e princípios de Direito Econômico; Sociologia do Direito Econômico; A Constituição Federal e o projeto político de desenvolvimento; Teorias do Desenvolvimento; Desenvolvimento Político: Democracia, Estado de Direito e Cidadania. Programático.

Comissão de Seleção: Prof. Dr. José Ernesto Pimentel Filho (Presidente, UFPB), Prof. Dr. Newton de Oliveira Lima (Titular, UFPB) e Profa Dra. Maria Creusa de Araújo Borges (Suplente, UFPB).

Conteúdo Programático: 1) A evolução do Estado Moderno; 2) História do Direito Constitucional e Econômico; 3) Teorias do Constitucionalismo; 4) Normas e princípios de Direito Econômico; 5) Jurisdição Constitucional e Democracia.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

Aaron Hall, **“Reframing the Fathers’ Constitution: the Centralized State and Centrality of Slavery in the Confederate Constitutional Order”**, The Journal of Southern History, Volume LXXXIII, N. 2, Maio 2017, pp. 255-296.

Akhil R. Amar, **"In the Beginning"**, in: Akhil R. Amar. America’s Constitution: a Biography, Random House Trade Paperbacks, New York, 2006.

Christian Edward Cyril Lynch, O caminho para Washington passa por Buenos Aires. A recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898), **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, February, 2012.

Newton de Oliveira Lima. **10 Lições sobre John Rawls**. Petrópolis: Vozes, 2019.

Jorge Caldeira, **História da Riqueza no Brasil**, Sextante, Rio de Janeiro, 2017.

José Joaquim Gomes Canotilho. **Brançosos e Interconstitucionalidade: Itinerários dos Discursos sobre a Historicidade Constitucional**. Coimbra: Almedina, 2008.

Joseph Kwaku Asamoah, **The Concept of Agency Theory in Electoral Democracy**. The Journal of African Elections, v. 17, n. 2, 2018. DOI: 10.20940/JAE/2018/v17i2a4. Disponível em: JAEL7.2Asamoah.pdf (eisa.org)

Marcelo Casseb Continentino, **História do Controle da Constitucionalidade das Leis no Brasil - percursos do pensamento constitucional no século XIX (1824-1891)**, Edições Almedina, 2015.

Paulo Bonavides. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Malheiros, 2019.

Vinícius Klein e Outros. **Análise Econômica do Direito: Principais Autores e Estudos de Casos**. Curitiba: CRV, 2020.

LINHA 2 - ESTADO, MERCADO E SUJEITOS SOCIAIS: JURIDICIDADE E ECONOMICIDADE

Ementa: Ordem econômica e constitucionalização do direito privado; Humanização do direito civil constitucional; Direito econômico e direito da economia; Análise econômica do direito; Direito Penal Econômico; Reforma e atuação do Estado no domínio econômico; A organização econômica e tributária do Estado; Direito das relações de consumo.

Comissão de Seleção: Profa. Dra. Iranice Gonçalves Muniz (Presidente, UFPB), Prof. Dr. Romulo Rhemo Palitot (Titular, UFPB) e Profa. Dra. Márcia Glebyanne (Suplente, UFPB).

Conteúdo Programático: 1) Ordem econômica e constitucionalização do direito privado; 2) Humanização do direito civil constitucional; 3) Direito Penal Econômico; 4) A organização econômica e tributária do Estado; 5) Análise Econômica do Direito.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

ARAÚJO, Marcelo Barreto de. **Comércio eletrônico; Marco Civil da Internet; Direito Digital**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2017. Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/livro-comercio-eletronico-web.pdf>

BATISTA, Gustavo Barbosa de Mesquita. **Ética, Direito Penal e Mercado: a mercantilização do Sistema Penal no Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2020, parte I, pp. 23 – 98.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BEZERRA NETO, Bianor Arruda. **O que define um julgamento e quais são os limites do juiz? Valores, hermenêutica e argumentação: elementos para a construção de uma teoria da decisão judicial**. São Paulo: Noeses, 2017.

BRAGA, Romulo Rhemo Pallitot. **Lavagem de dinheiro: fenomenologia, bem jurídico protegido e aspectos penais relevantes**. Curitiba: Juruá, 2013.

BRITTO, Lucas Galvão de. **Tributar na era da técnica: como as definições feitas pelas agências reguladoras vêm influenciando a interpretação das normas tributárias**. São Paulo: Noeses, 2017, Capítulos 2, 3 e 4.

GODINHO, Adriano Marteleto. **Eutanásia, ortotanásia e diretivas antecipadas de vontade: o sentido de viver e morrer com dignidade**. Curitiba: Juruá, 2016.

LEAL, Rogério Gesta; KAERCHER, Jonathan Augustus Kellermann Os impactos da corrupção frente à violação dos direitos humanos e de cidadania: um debate a ser compreendido, Barbarói - **Revista do Departamento de Ciências Humanas**, Universidade de Santa Cruz do Sul, nº 47, 2016.1, pp 1/18.

MACHADO, Luiza Andrade. Desafios do Big Data ao Direito da Concorrência. **Revista do IBRAC**, Vol. 23, nº 2. 2017, pp. 387/400. Disponível em:
<https://ibrac.org.br/UPLOADS/PDF/RevistadoIBRAC/Revista23n2.pdf>

TODOROV, Francisco Ribeiro. TORRES FILHO, Marcelo Maciel. **Direito do Consumidor e Direito da Concorrência**. Secretaria de Acompanhamento Econômico - Comunidade Virtual do Programa Nacional de Promoção da Concorrência. 2014. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr3/grupos-de-trabalho/gt-mercado-de-capitais-defesa-da-concorrenca-e-propriedade-intelectual-1/doutrina/defesa-da-concorrenca/3-seae_direito_consumidor_direito_concorrenca-final.pdf

YONG, Carlos Eduardo Frickmann; MATHIAS, João Felipe Cury Marinho. **Covid-19: Meio Ambiente e Políticas Públicas**. 1. ed. – São Paulo: Hucitec, 2020. Disponível em:
http://www.huciteceditora.com.br/_imagens/_downloads/Covid-19%20Meio%20Ambiente%20e%20Políticas%20Publicas.pdf?fbclid=IwAR2ulDDouxOBDAU9junRx4c-4M53L-nj-GOFQmpfkv691d192HPgqrDjVO8.

LINHA 3 - DIREITOS SOCIAIS, BIODIREITO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Ementa: Trabalho como fator de desenvolvimento; Direitos e Políticas sociolaborais; Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental; Sustentabilidade, justiça e democracia ambiental; Biodireito e biotecnologia; Recursos energéticos e tutela jurídica. Direito Urbanístico e desenvolvimento.

Comissão De Seleção: Prof. Dr. José Irivaldo Alves Oliveira Silva (Presidente, UFCG), Prof. Dr. Talden Queiroz Farias (Titular, UFPB) e Profa. Dra. Alana Ramos Araujo (Suplente, UFCG).

Conteúdo Programático: 1) Trabalho como fator de desenvolvimento; 2) Direitos e Políticas sociolaborais; 3) Sustentabilidade, justiça e democracia ambiental; 4) Recursos energéticos e tutela jurídica; 5) Direito Urbanístico e desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ALMEIDA FILHO, Agassiz. Pressupostos do constitucionalismo ambiental. **Revista de Informação Legislativa**, v. 53, p. 105-121, 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril_v53_n211_p105.pdf

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BENJAMIN, Antônio Herman. **Constitucionalização do ambiente e ecologização da constituição brasileira**. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (orgs). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CECATO, Maria Áurea; ALBUQUERQUE, Armando; RUBERT, María Belén Cardona (consultores), **Prim@facie** – direito, história e política, Seção Corpus: Direitos sociais e democracia, v. 15, n. 29,

maio-ago. 2016, p. 11-30, 98-192. Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/primafacie/issue/viewIssue/1628/100>>.

LEFF, Enrique (coord). **Justiça ambiental: construcción y defensa de los nuevos derechos ambientales culturales y colectivos em américa latina.** Serie foros e debates ambientales. México: Programa de las Naciones Unidas para el Meio Ambiente, Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 2001. p. 7-68.

FARIAS, Talden. **Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos.** 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

FELICIANO, G. G.; TREVISO, M. A. M.; FONTES, S. T. C (orgs). **Reforma Trabalhista: visão, compreensão e crítica.** São Paulo: LTr, 2017.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado do Bem-Estar Social na idade da razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo,** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 177- 276.

OSTROM, E.. **Polycentric systems for coping with collective action and global environmental change.** *Global Environmental Change*, 20, 550–557, 2010.

SILVA, J, I. A. O.; LEITE, J. R. M. Proteção e governança da água e o estado de direito ecológico. *Revista Internacional de Direito Ambiental*, Ano VIII, n.22 (jan./abr. 2019), Caxias do Sul, RS.

2 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITOS HUMANOS (15 VAGAS)

LINHA 1 – FUNDAMENTOS TEÓRICO-FILOSÓFICOS DOS DIREITOS HUMANOS

Ementa: Teoria dos/sobre os direitos humanos; Reconstruções discursivas dos direitos humanos; Os direitos humanos nas dimensões críticas, políticas, históricas, jusfilosóficas; Decisão judicial e direitos humanos; Princípios pedagógicos e metodológicos para educação jurídica e direitos humanos.

Comissão De Seleção: Prof. Dr. Robson Antão (Presidente, UFPB), Prof. Dr. Enoque Feitosa Sobreira Filho (Titular, UFPB) e Profa. Dra. Lorena Freitas (Suplente, UFPB).

Conteúdo Programático: 1) Teoria dos/sobre os direitos humanos; 2) Reconstruções discursivas dos direitos humanos; 3) Os direitos humanos nas dimensões críticas, políticas, históricas, jusfilosóficas; 4) Decisão judicial e direitos humanos; 5) Princípios pedagógicos e metodológicos para educação jurídica e direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** São Paulo:Abril Cultural, 1991 (capítulo V)

DOUZINAS, Costa. **O Fim dos Direitos Humanos.** São Leopoldo: Unisinos, 2009. (capítulos 5 a 7 e 9)

HART, L. H. **O conceito de direito.** Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001 (capítulos 6, 7, 8, 10 e pos-escrito)

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito.** São Paulo: Martins Fontes, São Paulo: 2018 (capítulos 6-8)

PLATÃO. **República.** Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013 (Livros I e II).

VILLEY, Michel. **O direito e os direitos humanos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007 (capítulos 1 a 3)

LINHA 2 - DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E CIDADANIA, GÊNERO E MINORIAS

Ementa: Direito internacional humanitário; Os mecanismos jurídicos de acesso ao sistema internacional e nacional de proteção aos direitos humanos; Organizações internacionais e nacionais de direitos humanos, incluindo instituições do Estado e da sociedade civil; Políticas migratórias e direitos humanos; As relações entre poder, justiça e direitos humanos; As diferentes concepções de democracia e cidadania; Movimentos sociais e luta pelos direitos humanos; Violência, gênero e direito; Direitos humanos e proteção dos grupos vulneráveis.

Comissão de Seleção: Prof. Dr. Victor Alencar Mayer Feitosa Ventura (Presidente), Prof. Dr. Luciano da Silva (Titular, UEPB) e Luciano Nascimento da Silva (Suplente, UFCG).

Conteúdo Programático: 1) Direito internacional humanitário; 2) Os mecanismos jurídicos de acesso ao sistema internacional e nacional de proteção aos direitos humanos; 3) Organizações internacionais e nacionais de direitos humanos, incluindo instituições do Estado e da sociedade civil; 4) Políticas migratórias e direitos humanos; 5) Estado de Direito e Garantismo Penal.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BARTEN, Ulrike. What's in a Name? Peoples, Minorities, Indigenous Peoples, Tribal Groups and Nations, **Journal on Ethnopolitics and Minorities in Europe**, vol. 14, no. 1, pp. 1-24, 2015.

BETTS, Alexander. Towards a "Soft Law" Framework for the Protection of Vulnerable Irregular Migrants, **International Journal of Refugee Law**, vol. 22, no. 2, pp. 209-246, 2010.

COOMARASWAMY, Radhika. Women and Children: The Cutting Edge of International Law. **American University International Law Review**, vol. 30, n. 1, p. 1-41, 2015.

CLAVERO, Bartolomé. Estado de Direito, Direitos Coletivos e Presença Indígena na América. In: COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (orgs.). **O Estado de Direito: história, teoria, crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LIMA SOBRINHO, Luis Carlos dos Santos. **Controle de Convencionalidade sob a Abordagem da Transjuridicidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

NOORTMAN, Maath e SEDMAN, Dawn. Transnational Criminal Organisations and Human Rights, in: HAUCK, Pierre e PETERKE, Sven (eds.). **Transnational Organized Crime and International Law**. Oxford: OUP 2016, p. 406-421.

PETERKE, Sven.; VASCONELOS, C. E. **Rio de Janeiro Drogenkrieg**. Zeitschrift für die gesamte Strafrechtswissenschaft, v. 131, p. 1257-1288, 2020.

Phyllis Coontz e Catherine Griebel. International Approaches to Human Trafficking: The Call for a Gender-Sensitive Perspective in International Law. In: **Women's Health Journal** 4/2004, p. 47-58.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LINHA3- TRANSJURIDICIDADE, EPISTEMOLOGIA E ABORDAGENS PLURI/INTER/TRANSDISCIPLINARES DOS DIREITOS HUMANOS

Ementa: Transjuridicidade; Epistemologia jurídica; Teoria e prática pluri/inter/transdisciplinares em direito e direitos humanos; Cultura jurídica; Arte, direito e política. Multiníveis de juridicidade. Diálogos transnacionais

Comissão de Seleção: Prof. Dr. Marcílio Toscano Franca Filho (Presidente, UFPB), Prof. Dr. Luís Carlos Santos (Titular, UFPB), Profa. Dra. Giuliana Dias Vieira (Suplente, UFPB).

Conteúdo Programático: 1) Transjuridicidade; Epistemologia jurídica; 2) Teoria e prática pluri/inter/transdisciplinares em direito e direitos humanos; 3) Cultura jurídica; 4) Arte, direito e política. Multiníveis de juridicidade. 5) Diálogos transnacionais.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

CHAVES, Lucinda Siqueira. **O Direito além das Palavras: um estudo da produção de imagens no âmbito jurídico**. Revista CEJ, Brasília, Ano XIV, n. 51, p. 125-142, out./dez. 2010.

CHRISTOPOULOS, Dimitris, DIMOULIS, Dimitri. O direito de ofender. Sobre os limites da liberdade de expressão artística. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais - RBEC**, Belo Horizonte, ano 3, n. 10, abr. / jun. 2009.

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Arqueologias Jurídicas - Ensaios Jurídico-Humanísticos e Jurídico-Políticos**. Porto: Lelo, 1996, caps. I e IV.

DALMAU, Ruben Martinez. Arte, derecho y derecho al arte. **Revista Derecho del Estado**, n.º 32, enero-junio de 2014, pp. 35-56.

FEITAL, Thiago Álvares. A dação em pagamento de objetos de arte no Direito Tributário brasileiro e francês – Um estudo comparado da Lei nº 68-1251 du 31 décembre 1968 tendant à favoriser la conservation du patrimoine artistique national. **Revista ABRADT**. Fórum de Direito Tributário | Belo Horizonte, ano 01, n. 02, p. 245-268, jul./dez. 2017.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano; VALE, Matheus Costa do, SILVA, Nathália Lins. Mercado de Arte, Integridade e Due Diligence no Brasil e no MERCOSUL Cultural. **Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL**. Agosto 2019, ano 7, nº 14, p. 260-282.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. **Ceschiatti e a Justiça Além da Lei: Duas Lições para uma Poética do Espaço-Tempo**. In: FRANCA FILHO, Marcílio; LEITE, Geilson Salomão, PAMPLONA

FILHO, Rodolfo (eds.). **Antimanual de Direito & Arte**. São Paulo: Saraiva, 2017.

GUERRA, Gustavo Rabay. **Direito & Estética: Elementos de Arte e Retórica no Humanismo Jurídico de Mário Moacyr Porto**.

JAYME, Erik. **Globalization in Art Law: Clash of Interest and International Tendencies.** 38 Vand. J. Transnat'l L. 927 (2005).

KRIEGER, Peter. **El “derecho” en las investigaciones estéticas: Nuevas exigencias para la historia del arte.** Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas, num. 78, 2001.

(DOUTORADO)

1 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO

LINHA 1 - DIREITOS SOCIAIS, REGULACÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO

Ementa: Direito e Desenvolvimento; Direito e Economia; Regulação Econômica, Estado e Organizações Internacionais; Direitos Sociais; Direitos Individuais, Difusos e Coletivos; Desenvolvimento Socioambiental.

Comissão de Seleção: Prof. Dr. Jailton Macena de Araújo (Presidente, UFPB), Prof. Dr. José Irivaldo Alves Oliveira Silva (Titular, UFCG) e Prof. Dr. Romulo Rhemo Palitot (Suplente, UFPB).

Conteúdo Programático: 1) Direito e Desenvolvimento; 2) Direito e Economia; 3) Regulação Econômica, 4) Estado e Organizações Internacionais; 5) Desenvolvimento Socioambiental.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ARAÚJO, Jailton Macena de. **Constituição, Cidadania e Trabalho: premissas para o reconhecimento de uma racionalidade estatal pautada na solidariedade. Direito, Estado e Sociedade**, v. 52, p. 134-158, 2018. Disponível em:
<<http://direitoestadosociedade.jur.pucrio.br/media/art%206%20direito%2052.pdf>>

BEZERRA NETO, Bianor Arruda. **O QUE DEFINE UM JULGAMENTO E QUAIS SÃO OS LIMITES DO JUIZ? VALORES, HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO: elementos para a construção de uma teoria da decisão judicial.** São Paulo: Noeses, 2017.

BRITTO, Lucas Galvão de. **Tributar na era da técnica: como as definições feitas pelas agências reguladoras vêm influenciando a interpretação das normas tributárias.** São Paulo: Noeses, 2017, Capítulos 2, 3 e 4.

CARBONELL, Miguel. (Org.) **Teoría Del neoconstitucionalismo: ensayos escogidos.** Madrid: Trotta, 2007, p. 09-14, p. 41-70, p. 71-90, 91-104 e 185-212.

FUKUYAMA, Francis. **Nosso futuro pós-moderno: consequências da revolução da biotecnologia.** Rio de Janeiro: Rocco.

OSTROM, E. **Polycentric systems for coping with collective action and global environmental change.** Global Environmental Change, 20, 550–557, 2010.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto e CONTINENTINO, Marcelo Casseb. Capítulo 1: Por uma História do Pensamento Constitucional Brasileiro. In: LEITE, Glauco Salomão et all. 30 Anos

da Constituição Brasileira-Balanco Crítico e Desafios à (Re) Constitucionalização. Rio: Lumen Juris, 2018.

POSNER, Richard. **A abordagem econômica do direito. In: Problemas de Filosofia do Direito.** Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 473-526.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho.** Tradução de Ruth Bahr, São Paulo: Makron Books, 1995, p. 179- 315.
SILVA, José Ivaldo Alves Oliveira. Reflexões teóricas acerca da “crise ambiental”: possibilidades de novas orientações para as políticas públicas ambientais. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 2 (2016). <https://doi.org/10.4013/csu.2016.52.2.07>.

LINHA 2 - INCLUSÃO SOCIAL, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Ementa: Sociedade e Direitos Humanos; Teorias dos/sobre os Direitos Humanos; Direito Internacional dos Direitos Humanos; Direito Comparado e Direitos Humanos; Educação e Direitos Humanos; Sistemas de Garantias de Direitos Humanos; Ativismo e Direitos Humanos.

Comissão de Seleção: Profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges (Titular, UFPB), Prof. Dr. José Ernesto Pimentel Filho (Titular, UFPB), Prof. Dr. Newton de Oliveira Lima (Suplente, UFPB).

Conteúdo Programático: 1) Sociedade e Direitos Humanos; 2) Teorias dos/sobre os Direitos Humanos; 3) Direito Internacional dos Direitos Humanos; 4) Educação e Direitos Humanos; 5) Sistemas de Garantias de Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ARAÚJO, Liane Maria Santiago Cavalcante e POMPEU, Gina Vidal Marcílio. **Dignidade humana e combate ao racismo ambiental: acordo regional de Escazú e Programa E-Carroceiros, em Fortaleza, Ceará. Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] (unoesc.edu.br). Disponível em:** <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/20090>>

BORGES, Maria Creusa de Araújo. **A educação como um direito fundamental, um bem público e um serviço comercializável.** Prefácio de Ingo Sarlet. Campina Grande: EDUEPB, 2018. Disponível em:
<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/A-educacao-como-um-direito-fundamental-um-bem-publico.pdf>

COSTA, Alexandre Araújo. Judiciário e interpretação: entre Direito e Política. **Pensar: Revista de Ciências Jurídicas (Unifor)**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 9-46, jan/abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/2448/0>>.

DONOHU, Douglas. **Human Rights Enforcement in the Twenty-First Century. Georgia Journal of Comparative Law**, V. 35, N. 1, 2006. Disponível em:
<https://digitalcommons.law.uga.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.bing.com/&httpsredir=1&article=1158&context=gjicl>

LIMA, Newton de Oliveira. 10 lições sobre Rawls. São Paulo: Vozes. **[Amazon.com.br eBooks Kindle: 10 lições sobre Rawls, de Lima, Newton Oliveira](https://www.amazon.com.br/eBooks/Kindle/10-licoes-sobre-Rawls-de-Lima-Newton-Oliveira)**.

PIOVESAN, F.; BOGDANDY, A. V. ; ANTONIAZZI, M. M. . **Constitucionalismo Transformador, Inclusão e Direitos Sociais**. 1. ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2019. v. 1. 752p . Disponível em: <<https://www.editorajuspodivm.com.br/constitucionalismo-transformador-inclusao-e-direitos-sociais-2019>>

PIOVESAN, F.; SOARES, I. V. P. (Org.). **Impacto das Decisões da Corte Interamericana na Jurisprudência do STF**. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2020. 591p . Disponível em: <<https://www.editorajuspodivm.com.br/impacto-das-decisoes-da-corte-interamericana-de-direitos-humanos-na-jurisprudencia-do-stf-2020> >

SANTOS, Boaventura de Sousa. “A Construção Intercultural da Igualdade e da Diferença”, in: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

Human rights and economic policy reforms. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epub/10.1080/13642987.2020.1823638?needAccess=true>

The Difference a Whole Woman Makes: Protection for the Abortion Right After Whole Woman’s Health. <https://www.yalelawjournal.org/forum/the-difference-a-whole-woman-makes>.

LINHA 3 - TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO – TEORIA E HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS

Ementa: Epistemologia jurídica; Teoria e prática pluri/inter/transdisciplinares em direito e direitos humanos; Multiníveis de juridicidade; Transjuridicidade; Diálogos Transnacionais; novos modelos de constitucionalismo; Políticas migratórias e direitos dos migrantes; Políticas penais e direitos das pessoas presas; Direito e multiculturalismo; Direito e gênero; Cultura jurídica; Direito, arte e política.

Comissão de Seleção: Prof. Dr. Roberto Efrem Filho (Presidente, UFPB); Prof. Dr. Márcio Flávio Lins de Albuquerque e Souto (Titular, UFPB) e Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva (Suplente, UFPB).

Conteúdo Programático: 1) Epistemologia jurídica; 2) Teoria e prática pluri/inter/transdisciplinares em direito e direitos humanos; 3) Diálogos Transnacionais; novos modelos de constitucionalismo; 4) Políticas migratórias e direitos dos migrantes; 5) Políticas penais e direitos das pessoas presas

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BARRETO, Daniela Lima. **O Direito Penal dos Vulneráveis: uma análise crítica da busca do reconhecimento por meio do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, pp. 241 – 252.

BATISTA, Gustavo Barbosa de Mesquita. **Ética, Direito Penal e Mercado: a mercantilização do Sistema Penal no Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2020, parte I, pp. 23 – 98.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu, nº 26. Campinas: 2006, pp. 329 – 376.

DAVIS, Angela. **Estupro, racismo e o mito do estuprador negro**. In.: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Regina Candiani. Boitempo: São Paulo, 2016.

DELMAS-MARTY, Mireille. **A Imprecisão do Direito: do Código Penal aos Direitos Humanos**. Trad. Denise Radonovic Vieira. Barueri: Editora Manole, 2005, pp. 259 – 323.

MISSUTI, Ana. **O Tempo como pena**. Trad. Tadeu Antonio Dix Silva e Maria Clara Veronesi de Toledo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, pp. 19 – 50.

SANTORO, Emilio. **Rule of Law e “liberdade dos ingleses”**. A interpretação de Albert Venn Dicey. In.: ZOLO, Danilo; COSTA, Pietro. **O Estado de Direito: história, teoria, crítica**. Trad. Carlos Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 201 – 263.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. **O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens**. Cadernos Pagu, nº 51. Campinas: 2017, e175101.

VIEIRA, Adriana Dias; EFREM FILHO, Roberto. **O rei está nu: gênero e sexualidade nas práticas e decisões no STF**. **Revista Direito & Práxis**, v. 11, nº 02. Rio de Janeiro: 2020, pp. 1084 – 1136.

ZOLO, Danilo. **Los Señores de La Paz: una crítica del globalismo jurídico**. Madrid: Editorial Dykson, 2005, capítulo 05, pp. 97 – 119.

ANEXO II

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Item	Atividade	Datas Previstas
1.	Publicação do Edital	23/12/2022
2.	Prazo para Impugnação do Edital (exclusivamente por e-mail selecao.ppgcj.ufpb@gmail.com , das 0h às 23h59 min)	24/12/2022 a 25/01/2022
3.	Prazo para os pedidos de isenção e/ou atendimento especial Edital (exclusivamente por e-mail: selecao.ppgcj.ufpb@gmail.com , das 0h às 23h59 min)	24/12/2021 a 14/01/2022
4.	Divulgação das Impugnações ao Edital	02/02/2022
5.	Divulgação dos pedidos de isenção e/ou atendimento especial deferidos e indeferidos	04/02/2022
6.	Prazo para reconsideração dos pedidos de isenção e/ou atendimento especial deferidos e indeferidos (exclusivamente por e-mail, das 0h às 23h59 min)	05/02/2022 a 07/02/2022
7.	Divulgação das Reconsiderações dos pedidos de isenção e/ou atendimento especial deferidos e indeferidos.	09/02/2022
8.	Período de Inscrições (exclusivamente via SIGAA, das 0h às 23h59min)	11/02/2022 a 18/02/2022
9.	Último dia para pagamento do valor da inscrição	22/02/2022
10.	Divulgação Preliminar das inscrições Deferidas e Indeferidas	02/03/2022
11.	Prazo para reconsideração das inscrições Indeferidas (exclusivamente via SIGAA, das 0h às 23h59min)	03/03/2022 a 04/03/2022
12.	Divulgação das respostas aos pedidos de reconsideração e da homologação das inscrições	12/03/2022
13.	Aplicação da Prova Escrita	18/03/2022
14.	Publicação do Resultado Preliminar da Prova Escrita	01/04/2022
15.	Prazo para reconsideração do Resultado da Prova Escrita (exclusivamente via SIGAA, das 0h às 23h59min)	07/04/2022 a 08/04/2022
16.	Publicação do Resultado Definitivo da Prova Escrita	12/04/2022
17.	Sessão pública para correlação entre candidatos e códigos fornecidos durante a prova escrita	13/04/2022
18.	Realização da Análise dos Planos Preliminares	13/04/2022 a 20/04/2022
19.	Publicação do Resultado Preliminar da análise	22/04/2022
20.	Prazo para reconsideração do resultado preliminar do Plano Preliminar de Dissertação/Tese (exclusivamente via SIGAA, das 0h às 23h59min)	28/04/2022 a 29/04/2022
21.	Publicação do Resultado Definitivo da Análise dos Planos Preliminares	02/05/2022
22.	Divulgação do Resultado Preliminar do Processo Seletivo	02/05/2022
23.	Prazo de recurso quanto ao Processo Seletivo 2022 (exclusivamente via SIGAA, das 0h às 23h59min)	03/05/2022 a 17/05/2022
24.	Divulgação do resultado final do Processo Seletivo	23/05/2022
25.	Matrícula Institucional	25/05/2022 a 01/06/2022
26.	Início das aulas	10/06/2022

ANEXO III

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

IIm^a. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas do CCJ da UFPB.

Eu,.....(NOME DO CANDIDATO).....(estado civil),..... (profissão), inscrito no CPF sob o nº....., venho requerer a V.S^a, minha inscrição no processo seletivo para ingresso no Curso de _____ (MESTRADO/ DOUTORADO) do Programa de Pós- em Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, para a área de concentração em :....., linha de pesquisa:.....do PPGCJ/UFPB.

DECLARO, para os devidos fins, que tomei conhecimento das condições estabelecidas no Edital nº 13/2022, do PPGCJ/UFPB, que rege este processo seletivo e que estou de acordo com as mesmas.

DECLARO, ainda que são autênticos os documentos apresentados, e verdadeiras as informações prestadas, no processo de inscrição deste curso, responsabilizando-me pelas mesmas.

DECLARO, por fim, que tenho plena ciência e aceito que, caso aprovado, deverei entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para a vaga concorrida.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

João Pessoa-PB, ____/____/____

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO 2022 – Edital nº 13/2022/PPGCJ

1. INFORMAÇÕES DA INSCRIÇÃO

Inscrição para o curso de : () MESTRADO () DOUTORADO

Área de concentração: _____

Linha de Pesquisa: _____

Ação Afirmativa?: () Sim () Não Isento da Taxa de Inscrição?: () Sim () Não

Atendimento Especial?: () Sim () Não

2. DADOS PESSOAIS

Nome Civil: _____

Nome Social: _____

Identidade de Gênero*: _____

Nome da Mãe: _____

Nome do Pai: _____

Endereço: _____ Nº: _____ Compl.: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ E-mail: _____

Telefone Res:() _____ Telefone Com:() _____ Celular:() _____

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____ - _____

Estado Civil: _____ CPF: _____ Data

Nascimento: ____/____/____ RG: _____ Estado: _____ Órgão exp: ____ Data Exp.
____/____/____

Nome do cônjuge ou companheiro(a): _____

FOTO

3 X 4

3. FORMAÇÃO ACADÊMICA

Graduação

Curso: _____

Instituição: _____

Cidade: _____ Estado: ____ Início: ____/____/____ Término: ____/____/____

Pós-Graduação (Lato Sensu e/ou Stricto Sensu):

Curso: _____

Instituição: _____

Cidade: _____ Estado: ____ Início: ____/____/____ Término: ____/____/____

Curso: _____

Instituição: _____

Cidade: _____ Estado: ____ Início: ____/____/____ Término: ____/____/____

4. ATIVIDADE PROFISSIONAL

Função/Cargo: _____

Instituição: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

* Decreto Nº 8.727/2016/Presidência da República.

João Pessoa, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO V

MODELO DE REQUERIMENTO PARA ATENDIMENTO ESPECIALIZADO OU ESPECÍFICO

PPGCJ - PROCESSO SELETIVO 2022

SOCITAÇÃO:

Eu, _____, (identificação), Telefone para contato _____, candidato(a) ao Processo Seletivo 2022 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, em nível de () Mestrado () Doutorado, informo que tenho Necessidade Educativa Especial e solicito as providências necessárias para realização das provas, conforme discriminado abaixo

1. Deficiência/necessidade: _____

2. Tipo de impedimento: _____

3. O que precisa para realizar a prova? (tempo/sala para lactante etc.):

4. Laudo médico anexo: () Sim () Não

_____, _____ Local e data.

Assinatura do Candidato

Observação: A comissão de Seleção reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos complementares que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento ESPECIALIZADO e/ou ESPECÍFICO declarado.

ANEXO VI

FORMULÁRIOS DE AUTODECLARAÇÃO

FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA SELEÇÃO DO () MESTRADO () DOUTORADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS DO PPGCJ/UFPA

Eu,.....,RG.....e
CPF.....,declaro, para o fim específico de atender ao subitem 3.5 do EDITAL N° 13/2021 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (UFPA), que estou apto(a) a concorrer à vaga destinada à pessoa com deficiência na Universidade Federal da Paraíba e que esta declaração está em conformidade com o Art 2° do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015). Estou ciente de que, se for detectada falsidade na declaração, estarei sujeito às penalidades previstas em lei.

Data:

Assinatura:_____

FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO DE IDENTIDADE INDÍGENA PARA SELEÇÃO DO () MESTRADO () DOUTORADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS DO PPGCJ/UFPA

Eu,.....,RG.....e
CPF.....,declaro meu pertencimento ao povo indígena para o fim específico de atender ao subitem 3.5 do EDITAL N° 13/2021 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (UFPA). Estou ciente de que, se for detectada falsidade na declaração, estarei sujeito às penalidades previstas em lei.

Data:

Assinatura:_____

FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO DE IDENTIDADE NEGRA PARA SELEÇÃO DO () MESTRADO () DOUTORADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS DO PPGCJ/UFPA

Eu,.....,RG.....e
CPF.....,declaro, para o fim específico de atender ao subitem 3.5 do EDITAL N° 13/2021 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (UFPA), que estou apto(a) a concorrer à vaga destinada aos candidatos autodeclarados negros. Estou ciente de que, se for detectada falsidade na declaração, estarei sujeito às penalidades previstas em lei.

Data:

Assinatura:_____

FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA PERTENCENTE A POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS PARA SELEÇÃO DO () MESTRADO () DOUTORADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS DO PPGCJ/UFPA

Eu,.....,RG.....e
CPF....., declaro meu pertencimento ao povo/comunidade
....., para o fim específico de atender ao subitem 3.5 do

EDITAL N° 13/2021 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (UFPB). Estou ciente de que, se for detectada falsidade na declaração, estarei sujeito às penalidades previstas em lei.

Data:

Assinatura: _____

ANEXO VII

MODELO PARA PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA

UTILIZAR ESSE MODELO PARA O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA

À Comissão de Seleção do Curso de (Mestrado/Doutorado)

Eu, candidato(a) regularmente inscrito(a) no Processo Seletivo 2022, para o curso de _____, área concentração em _____, LINHA____, DO PPGCJ, possuidor do código alfanumérico **MDH 9999**, venho, nesta data, solicitar revisão do resultado preliminar da PROVA ESCRITA, referente ao **EDITAL N° 13/2021** do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

Para tanto, segue a fundamentação deste pedido:

Nestes termos, pede deferimento.

João Pessoa, ____ de _____ de 2022.

Observação: NO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA, FAZER REFERÊNCIA APENAS AO CÓDIGO ALFANUMÉRICO RECEBIDO, A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E A LINHA DE PESQUISA. DESSA FORMA, NÃO DEVE O CANDIDATO SE IDENTIFICAR COM O NOME, ASSINATURA OU CPF. **(ATENÇÃO)**

MODELO DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO GERAL

NÃO UTILIZAR ESSE MODELO PARA O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA.

À Comissão de Seleção do Curso de (Mestrado/Doutorado)

Eu,....., portador do RG nº....., inscrito no CPF número....., candidato ao curso de, na área de concentração em....., e linha de pesquisa:....., venho nesta data solicitar revisão do resultado da(o), referente ao EDITAL N° 13/2021 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

Para tanto, segue a fundamentação deste pedido:

Nestes termos, pede deferimento.

João Pessoa, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) candidato(a)

Observação (1): Só serão aceitos pedidos de reconsideração devidamente fundamentados, com indicação precisa da irrisignação.

Observação (2): Indicar o curso (mestrado ou dourado), área de concentração e linha de pesquisa, bem como a fase questionada.

ANEXO VIII

MODELO DO PLANO PRELIMINAR DE DISSERTAÇÃO E TESE

(PLANO PRELIMINAR DE PESQUISA)

Capa

Devem constar os dados institucionais completos, o nome do autor, linha de pesquisa e área de concentração, mês e ano. O título do Plano Preliminar de Dissertação/Tese deve ser curto, claro, objetivo e deve ser pertinente ao tema da linha de pesquisa em que pretende se inserir.

Apresentação

Configuração do tema na sociedade com menção à relação entre o Direito e a realidade a ser investigada. Sinalização das possíveis inovações em se abordar o tema sob a ótica da pesquisa acadêmica.

A Apresentação do tema consiste na formulação/apresentação clara e concisa do tema da pesquisa de dissertação a ser realizada no Programa. É preciso especificar qual é o objeto do estudo e delimitar o que vai ser estudado.

A delimitação do tema e a estrutura da pesquisa visam estabelecer qual é a fundamentação teórica e as fontes bibliográficas que serão utilizadas para se definir os conceitos e direcionamentos teóricos que são a base do trabalho. Aqui busca-se explicitar quais são as dimensões que serão desenvolvidas ao longo do estudo/pesquisa.

Justificativa

A justificativa é uma parte essencial do desenvolvimento da pesquisa. Ela deve conter argumentos consistentes que visem demonstrar qual é a relevância do trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas. Nesse item, é preciso apresentar a pertinência da pesquisa a ser desenvolvida, ou seja, deve-se indicar o “porquê” do tema ser tratado, sua importância para o conhecimento jurídico. Portanto, deve-se apresentar de que forma esse problema é importante para a realidade a ser estudada, para o campo de pesquisa específico no qual está inserido, para a linha de pesquisa escolhida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas. Nesse item, é necessário também enfatizar quais serão as contribuições que o estudo deixará para futuras pesquisas a serem desenvolvidas e de que forma o trabalho irá contribuir para a expansão/consolidação do conhecimento acerca do tema estudado.

Problema e Problemática

O problema a ser desenvolvido na pesquisa deve ser expresso mediante uma delimitação clara em forma de pergunta a ser respondida ao longo da investigação proposta. Deve-se ter em mente que a definição do problema da pesquisa irá nortear todos os conceitos a serem utilizados, bem como os objetivos e caminhos metodológicos a serem seguidos durante a investigação.

Pode ser enunciada sob a forma de perguntas que componham o questionário investigativo, ou pode ser um discurso de natureza teórico e/ou empírica buscando atingir os pontos nodais da proposta.

A explicitação da fundamentação teórica poderá ser abordada neste tópico.

A fundamentação teórica deve apresentar e elucidar os fundamentos do tema da pesquisa. O objetivo da fundamentação teórica consiste em oferecer as perspectivas teóricas que irão alicerçar o estudo/pesquisa a ser realizado. Um fator de extrema importância nessa etapa do Plano Preliminar de Dissertação/Tese refere-se ao conhecimento do estado da arte do tema/problema estabelecido/proposto no projeto. Nesse caso, deve-se indicar os autores mais importantes que têm estudado o assunto e o “estado” no qual se encontra a produção intelectual sobre a temática proposta pelo projeto.

Objetivos

Os objetivos devem ser apresentados de forma pontual, mediante uma linguagem direta e precisa. Os objetivos dividem-se em geral e específicos.

Utilizar verbo no infinitivo e definir com clareza os alcances da pesquisa sem fugir à viabilidade de acesso a fontes e de cumprimento dos prazos conforme a proposta seja para mestrado ou para doutorado.

O objetivo geral do Plano Preliminar de Dissertação/Tese é aquele que visa responder à questão central proposta pela pesquisa. Dessa forma, o objetivo deve estar em total adequação, ou consonância, com a pergunta que foi previamente definida na apresentação e justificativa do projeto. É necessário que se tenha em mente que o objetivo procure estar em sintonia com o problema de pesquisa. O objetivo geral deve expressar o conteúdo do tema indicado no título do Plano Preliminar de Dissertação/Tese.

Os objetivos específicos compreendem todos aqueles objetivos pontuais que serão cumpridos para se chegar até o objetivo geral. De forma efetiva, eles são ramificações/divisões do objetivo geral e precisam, dessa forma, estar totalmente afinados com ele.

Metodologia

Na metodologia deve-se indicar como o trabalho será realizado. Portanto, nessa seção serão definidas, detalhadamente, todas as etapas a serem realizadas ao longo da pesquisa para que o objetivo seja alcançado. Alguns aspectos precisam ser determinados nesse item: o universo da pesquisa; o percurso investigativo, as etapas do procedimento, a sequência dos temas e obras a serem seguidos.

De forma específica, as pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais circunscrevem-se no âmbito de pesquisas baseadas em documentos, entrevistas e produção bibliográfica da área, com a finalidade de responder ao problema levantado pela pesquisa. Nessa etapa da descrição da metodologia, é fundamental que sejam previstos todos os passos necessários para a leitura, análise e descrição dos elementos teóricos da pesquisa, de tal forma que o pesquisador atinja os objetivos do trabalho.

Por fim, é necessário evidenciar como serão descritos os aspectos considerados fundamentais e que fazem parte da dissertação/tese final pretendida. Deve-se destacar o procedimento que irá direcionar a definição do trabalho, bem como os procedimentos estruturais que embasarão sua formatação.

Deve constar, também, a separação entre fontes essenciais relativas à problemática e aquelas secundárias, definindo a Revisão de literatura e de jurisprudência. É recomendável sugerir uma estrutura de capítulos preliminar, devidamente justificada. Pode o candidato apresentar fases gerais de cumprimento de etapas no processo de pesquisa, inclusive apresentar um cronograma a ser executado.

Cronograma

O cronograma é uma espécie de previsão do tempo que será necessário para se cumprir as atividades previstas na metodologia e nos requisitos para obtenção do título de mestrado ou doutorado, a exemplo do cumprimento de disciplinas e realização de banca de qualificação.

Quadro Normativo

Sinalizar quais são as normas mais essenciais pertinentes na condução da proposta, de forma a desenhar o quadro normativo a ser abrangido na proposta de investigação. Este desenho normativo não pode ser incongruente com a linha de pesquisa da proposta, expressa na capa.

Referências

As referências bibliográficas devem ser compostas por todas as obras que foram consultadas para a concretização do Plano Preliminar de Dissertação/Tese e também por aquelas que serão usadas em sua dissertação. O termo “Referências” é recomendado pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e deve ser entendido de forma ampla.

Essa parte do trabalho deve trazer uma lista, em ordem alfabética, segundo as normas da ABNT atualizadas, contendo todas as obras citadas no trabalho. **É conveniente se desenvolver uma listagem diferenciada entre as obras que foram utilizadas para a realização do Plano Preliminar de Dissertação/Tese e aquelas que serão consultadas no desenvolvimento da pesquisa.**

Seguir normas da ABNT, e listar apenas o que fundamentou o Plano Preliminar de Dissertação/Tese.

* Estes tópicos devem obrigatoriamente constar na proposta, sob pena de redução da nota avaliativa.

(Modelo para a capa)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS**

**NÃO SE IDENTIFICAR NO PLANO PRELIMINAR
(NA CAPA OU AO LONGO DO PLANO PRELIMINAR)**

TÍTULO DO PLANO PRELIMINAR DE DISSERTAÇÃO/TESE

Plano Preliminar apresentado à Comissão de Seleção do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) da Universidade Federal da Paraíba, como requisito básico para inscrição no Processo Seletivo 2022, no curso de (Mestrado ou Doutorado), na área de concentração em....., Linha X -
(colocar a área de concentração e o nome da Linha de Pesquisa que pretende concorrer)

**JOÃO PESSOA - PB
2022**

ANEXO IX

MODELOS DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

MODELO Nº1 – REFERENTE À ALÍNEA “a” DO SUBITEM 6.2

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO

Eu, **(NOME DO CANDIDATO)**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (RG) e (CPF), venho, SOLICITAR, minha isenção da taxa de inscrição, para o fim específico de atender ao item 6 do EDITAL Nº 13/2021 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (UFPB), tendo em vista que atendo às condições estabelecidas no subitem 6.2, “a”, do EDITAL Nº 13/2021 PPGCJ/UFPB.

Estou ciente de que, se for detectada falsidade na declaração, estarei sujeito às penalidades previstas em lei.

_____, ____/____/____
(local) (data)

(Assinatura)

MODELO Nº2 – REFERENTE À ALÍNEA “b” DO SUBITEM 6.2

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO

Eu, **(NOME DO CANDIDATO)**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (RG) e (CPF), venho, SOLICITAR, isenção da taxa de inscrição, para o fim específico de atender ao item 6 do EDITAL Nº 13/2021 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (UFPB), tendo em vista que atendo às condições estabelecidas no item 6.2, “b”, do EDITAL Nº 13/2021 do PPGCJ/UFPB.

Estou ciente de que, se for detectada falsidade na declaração, estarei sujeito às penalidades previstas em lei.

_____, ____/____/____
(local) (data)

(Assinatura)

MODELO Nº3 – REFERENTE À ALÍNEA “c” DO ITEM 6.2

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO

Eu, **(NOME DO CANDIDATO)**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (RG) e (CPF), venho, SOLICITAR, minha isenção da taxa de inscrição, para o fim específico de atender ao item 6 do EDITAL Nº 13/2021 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (UFPB), tendo em vista que atendo às condições estabelecidas no item 6.2, “c”, do EDITAL Nº 13/2021 PPGCJ/UFPB.

Estou ciente de que, se for detectada falsidade na declaração, estarei sujeito às penalidades previstas em lei.

_____, ____/____/____
(local) (data)

(Assinatura)

MODELO N°4 – REFERENTE À ALÍNEA “d” DO ITEM 6.2

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO

Eu, **(NOME DO CANDIDATO)**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do (RG n°) e inscrito no (CPF) sob o n°....., venho, SOLICITAR, isenção da taxa de inscrição, para o fim específico de atender ao item 6 do EDITAL N° 13/2021 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (UFPB), tendo em vista que atendo às condições estabelecidas no item 6.2, “d”, do EDITAL N° 13/2021 PPGCJ/UFPB.

Estou ciente de que, se for detectada falsidade na declaração, estarei sujeito às penalidades previstas em lei.

_____, ____/____/____
(local)

(data)

(Assinatura)

ANEXO X

DECLARAÇÃO PARA PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA PEDIDO DE ISENÇÃO RELATIVO AO ITEM 6.2, “b”.

EU, (**NOME DO CANDIDATO**), (estado civil), RG nº....., CPF nº....., Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo CadÚnico _____, candidato(a) no Processo Seletivo 2022 para ingresso no Programas de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ/UFPB),

DECLARO, para fins de isenção de pagamento de taxa de inscrição no presente processo seletivo, ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e que, em função de minha condição financeira, não posso pagar a taxa de inscrição em processo seletivo.

DECLARO estar ciente de que, de acordo com o inciso I do artigo 4º do referido Decreto, família é a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio, definido como o local que serve de moradia à família.

DECLARO, ainda, saber que, de acordo com o inciso II do artigo 4º do Decreto Federal no 6.135/2007, família de baixa renda, sem prejuízo do disposto no inciso I, é aquela com renda familiar mensal per capita de até 0,5 (meio) salário mínimo; ou a que possua renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos.

DECLARO, também, ter conhecimento de que a renda familiar mensal é a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos dos programas descritos no inciso VI do artigo 4º do Decreto Federal no 6.135, de 26 de junho de 2007.

DECLARO saber que renda familiar per capita é obtida pela razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos na família. Declaro, por fim, que, em função de minha condição financeira, não posso pagar a taxa de inscrição em processo seletivo e estar ciente das penalidades por emitir declaração falsa previstas no parágrafo único do artigo 10 do Decreto Federal nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Por ser verdade, firmo o presente para que surte seus efeitos legais.

_____, _____ de _____ de 2022.

(Local)

(data)

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO XI

MODELO DE REQUERIMENTO PARA RECURSO DO RESULTADO FINAL

AO COLEGIADO DO PPGCJ,

Eu,.....(NOME DO CANDIDATO(A))....., candidato(a) regularmente inscrito(a) no processo seletivo 2022, para o curso de(MESTRADO | DOUTORADO) EM DIREITO(S)(HUMANOS | ECONÔMICO | HUMANOS E DESENVILMENTO), LINHA....., DO PPGCJ, inscrito no CPF sob o número....., venho nesta data solicitar revisão do Resultado Final do Processo Seletivo 2022, referente ao Edital n° 13/2021 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

Segue a fundamentação deste pedido:

Nestes termos, pede deferimento.

João Pessoa, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) candidato(a)

Observação (1): Só serão aceitos reconsiderações e/ou recursos devidamente fundamentados, com indicação precisa da irresignação.

Observação (2): Indicar o curso (mestrado ou doutorado), área de concentração e linha de pesquisa..

ANEXO XII

MODELO DE ARGUIÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE

À Coordenação do PPGCJ

Eu,.....(NOME DO CANDIDATO(A))....., candidato(a) regularmente inscrito(a) no Processo Seletivo 2022, para o curso de(MESTRADO | DOUTORADO) EM DIREITO(S)(HUMANOS | ECONÔMICO | HUMANOS E DESENVOLVIMENTO), LINHA....., DO PPGCJ, inscrito no CPF sob o número....., venho, nesta data, arguir minha incompatibilidade com o(s) membro(s) avaliador(es), Professor(es) doutor(es).....(INDICAR O(S) MEMBRO(S))....., para o fim específico de atender ao subitem 11.10, do EDITAL n° 13/2021, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

Segue a fundamentação deste pedido: (Fundamentar a incompatibilidade alegada)

Nestes termos, pede deferimento.

João Pessoa, ____ de _____ de 2022

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO XIII

MODELO DE REQUERIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

À COORDENAÇÃO DO PPGCJ

(NOME), (identificação), venho, por meio deste instrumento, no prazo estabelecido no Edital n° 13/2021 do PPGCJ, referente ao Processo Seletivo 2022, **IMPUGNAR** o(s) seguinte(s) dispositivos....., com fundamento em:.....(Fundamentar o pedido).

Nestes termos, pede deferimento.

João Pessoa-PB, ____ de _____ 2022.

Assinatura

ANEXO XIV

MODELO DE FICHA DE JULGAMENTO DA PROVA ESCRITA

INFORMAÇÕES GERAIS

Código da Prova Escrita:

Avaliador:

1) DOMÍNIO DE CONTEÚDO (6,0 PONTOS)

ASPECTOS	NOTA MÁXIMA	NOTA OBTIDA
Abordagem do tema: domínio do estado da arte, reflexão crítica e fundamentação teórica	6,0	
No caso de pontuação menor do que a máxima, fundamente aqui:		

2) ARTICULAÇÃO COM A LINHA DE PESQUISA E COM ÁREA DE CONCENTRAÇÃO (3,0 PONTOS)

ASPECTOS	NOTA MÁXIMA	NOTA OBTIDA
Demonstrar, na abordagem do tema, a relação do conteúdo com o campo de pesquisa	3,0	
No caso de pontuação menor do que a máxima, fundamente aqui:		

3) CORREÇÃO DA LINGUAGEM E CLAREZA NA COMUNICAÇÃO (1,0 PONTO)

ASPECTOS	NOTA MÁXIMA	NOTA OBTIDA
Uso da Norma Padrão da Língua	0,5	
Clareza na comunicação	0,5	
No caso de pontuação menor do que a máxima, fundamente aqui:		

NOTA FINAL:	
--------------------	--

João Pessoa-PB, ____ de março de 2022.

Assinatura do Avaliador(a)

ANEXO XV

MODELO DE FICHA DE JULGAMENTO DO PLANO PRELIMINAR

INFORMAÇÕES GERAIS
Título do Projeto:
Nome do(a) Candidato(a):
Nome do(a) Avaliador(a):

1) ANÁLISE DO CONTEÚDO (10,0 PONTOS)

ASPECTOS	NOTA MÁXIMA	NOTA OBTIDA
Apresentação e Justificativa	2,0	
Problema e Problemática	2,0	
Objetivos (específicos e geral)	2,0	
Metodologia e Cronograma	2,0	
Quadro Normativo e Referências (demonstração do estado da arte sobre a temática)	2,0	
No caso de pontuação menor do que a máxima, fundamente aqui:		

NOTA FINAL	
------------	--

João Pessoa-PB, ___ de abril de 2022.

Assinatura do Avaliador(a)

ANEXO XVI

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA DE EXAMES DE PROFICIÊNCIA

Exames	Nota mínima	Nível equivalente
TOEIC	550	B1
TOEFL IBT	42	B1
TOEFL ITP	460	B1
CAMBRIGDE	PET	B1
IELTS	4.0	B1
CPE	180	C1
CAE	160	B2
FCE	140	B1

ANEXO XVII

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, (nome do candidato), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito(a) no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado(a) à (rua), nº (informar) - (bairro), CEP (informar), na cidade de (município) - (UF), **ME COMPROMETO** a apresentar ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba o(s) exame(s) de proficiência(s) exigidos no Processo Seletivo 2022, até o **DÉCIMO SEGUNDO MÊS DE CURSO**, conforme dispõe o subitem 14.1.2 do Edital do Processo Seletivo 2022 do PPGCJ - Edital nº 13/2021/PPGCJ/CCJ/UFPB.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

(assinatura do candidato)

(nome do candidato)